

# DESAFIOS DE BRASÍLIA: uma primeira provocação

Melillo Dinis do Nascimento<sup>1</sup>

Página | 1

## 1. Introdução

Concebida como cidade-projeto, Brasília mudou muito em seus 53 anos de existência. Esta provocação, compartilhada com um grupo de leitores e atores da Comissão Justiça e Paz (“*Comissão*”) de Brasília, é parte de um esforço inicial de pensar uma realidade complexa, em permanente mudança e numa perspectiva de desafios. Cada desafio permite VER o presente a partir de um horizonte de futuro. Não é texto programático nem observação total. É apenas um elencar de questões e fenômenos que merecem uma atenção dedicada e devotada à luta por *justiça e paz*. Alguns eixos do texto são evidentes e desde já destacados.

### 1.1. Ver

Tento oferecer um diagnóstico, conhecido por VER, a partir do método *ver-julgar-agir*,<sup>2</sup> uma tradição dentro da história e prática pastoral/evangelizadora da Igreja Católica Romana (“*Igreja*”), especialmente na América Latina (AL), legada pela Ação Católica do século passado.<sup>3</sup> Desde já são reconhecidas as limitações que a tentativa de descrever uma realidade impõe. Apesar das

---

<sup>1</sup> Melillo Dinis do Nascimento é advogado em Brasília-DF. O texto (cuja última versão é de 1º/08/2013) foi submetido às leituras, às sugestões e aos comentários de José Geraldo de Sousa Junior, jurista e professor da UnB, Agnaldo Cuóco Portugal, filósofo e professor da UnB, e a Ricardo Spíndola Mariz, educador e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB). A todos a minha gratidão pelo esforço e paciência. Os erros são todos meus.

<sup>2</sup> VER a realidade sócio-econômica-política-cultural, JULGAR a mesma realidade a partir da Palavra de Deus e da Igreja e AGIR de acordo com a ação de Deus para transformar a história: este é o roteiro básico do método. As raízes desta abordagem se fundamentam na crítica moderna, no uso de uma visão moderna antropocêntrica e no valor das realidades terrestres. Cf. BRIGHENTI, Agenor, “Raíces de la epistemología y del método de la teología latinoamericana”, *Medellín 20*, São Paulo: Loyola, 1994, pp. 207-254. Para uma sistematização do método ver BORAN, Jorge. *O senso crítico e método ver-julgar-agir para pequenos grupos de base*. 7ª. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 1977.

<sup>3</sup> Cf. DICK, Hilário. *Gritos Silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na História*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 280. A Ação Católica especializada foi criada por J. Cardijn, na Bélgica, o fundador da Juventude Operária Católica. Oficializada em 1927, na América Latina, ela teve seu apogeu nos anos 50, para entrar em declínio nos anos 60. Foi das práticas da juventude, nos meios específicos de vida, que J. Cardijn plasmou o método *ver-julgar-agir* e que se foi fazendo a passagem da neocristandade para uma presença transformadora dos cristãos, no seio de uma sociedade autônoma. Também foi a Ação Católica que resgatou o espaço do leigo na Igreja, superando toda dicotomia em relação ao clero, bem como entre Igreja e mundo. A título de ilustração, cito alguns bispos brasileiros, oriundos da Ação Católica, que tiveram grande influência na *Igreja* brasileira, tais como dom Hélder Câmara, Dom Antônio Fragoso, Dom Cândido Padim, Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Marcelo Pinto Carvalheira. Dentre os leigos, muitos atuantes no século XX e no início do século XXI foram formados nessa cultura.

dificuldades,<sup>4</sup> ainda é método muito presente na *Igreja* da AL.<sup>5</sup> As mediações hermenêuticas serão deixadas mais distantes, com todos os riscos que esta abordagem pode proporcionar. Desta forma, não se pretende cuidar dos momentos do JULGAR e do AGIR que deverão ser assumidas mais adiante pela Comissão com outros métodos de elaboração e compartilhamento.

## 1.2. Brasília

Brasília, numa definição já consagrada, foi *um meio para muitos fins*. Serviu aos interesses políticos de Juscelino Kubitschek. Serviu para inventar uma nova economia que fugisse da tradicional cabotagem na franja litorânea. Ao país descontínuo até o início dos anos 60, sem ligações terrestres, ofereceu estradas como a Belém-Brasília. Ao sertão ofereceu a chance de integrar-se ao Brasil. E, por fim, como corolário da aventura, representou o nascimento de uma ideia de nação num país continental. Há, é fato, inúmeras abordagens a respeito de Brasília. A mais primitiva é a de que Brasília é tão somente constituída do Plano Piloto, quando este é apenas o centro da cidade. Brasília, contudo, é mais que um *centro*. O *centro* e as antigas cidades-satélites formam o Aglomerado Urbano de Brasília ou Distrito Federal. Ao se somar as cidades pertencentes ao estado de Goiás, falamos de uma Área Metropolitana de Brasília (AMB)<sup>6</sup>.

Brasília é a Capital da República. É também um conceito arquitetônico/urbanístico. E é uma cidade viva onde homens e mulheres enfrentam o cotidiano a partir de muitos, distintos e complexos projetos. Concebida como símbolo do planejamento urbano, essa aura permanece até os dias correntes. A cidade, por essa visão, resulta de um modelo de *planejamento urbano*. Ademais, o projeto urbanístico, sem paralelo no Ocidente, esmerado nos aspectos arquitetônico e urbanístico, não teve ações complementares ao planejamento físico-estrutural no âmbito sócio-espacial. Com isto, faltou-lhe um elemento essencial para ser considerada *cidade planejada*. Ademais, para agravar o projeto de origem, o polinucleamento urbano fez a cidade passar de *una*, circunscrita ao Plano Piloto de Brasília, a uma constelação urbana – o aglomerado formado pelo *centro* e as demais cidades. A cidade polinucleada

<sup>4</sup> Especialmente o mecanicismo e a tensão presente na descrição da realidade nas ciências sociais.

<sup>5</sup> Ver por exemplo: Conselho Episcopal Latino-Americano. *Documento de Aparecida*: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília, São Paulo: CNBB, Paulinas, Paulus, 2007.

<sup>6</sup> A influência e a funcionalidade de Brasília nas cidades dos Estados de Goiás e Minas Gerais são incontestáveis para além dos limites políticos do Distrito Federal (DF). A AMB é constituída pelo Distrito Federal e municípios de Goiás. Ocupa uma região de 55.434,99 quilômetros quadrados e sua população é de aproximadamente 3,531 milhões de habitantes (Dados de 2010, conforme IBGE). No centro do território está a área mais densa, composta pelo Distrito Federal, detentor de 69% da população e seus municípios limítrofes. Há uma grande área conurbada na direção sul BR-040, incluindo-se nessa região os municípios de Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Luziânia que representam 12,3% da população da região. Outras áreas concentradas são: Águas Lindas de Goiás (margens da BR-070), Formosa (margens da BR-020), Planaltina (BR-010), Santo Antônio do Descoberto (BR-060). Há outras expressões para descrever esta geografia: “entorno”, “baixada brasiliense” ou “RIDE” (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), denominação criada pela Lei Complementar nº 94/98. Como quer que se decida denominar esta área metropolitana, o fato é que são regiões e realidades intrínseca e imbricadamente articuladas.

aconteceu ao arripio do projeto fundador, que previa uma cidade compacta, delimitada ao Plano Piloto de Brasília em uma base democratizante para o espaço.<sup>7</sup>

Com a manutenção do plano piloto *fechado*, a democratização do espaço urbano se daria com maior socialização da cidade entre as classes sociais presentes, contrariando o *normal* desenvolvimento dos demais centros urbanos brasileiros onde o padrão é o do uso capitalista da terra e a formação de periferias pobres e favelas, com segregação sócioespacial. Porém, a cidade utópica cedeu espaço à apropriação desigual do território. Como consequência, Brasília, somatório da constelação urbana, passou a se assemelhar às demais grandes cidades brasileiras. As regiões urbanas já possuem uma profunda diferenciação pela desigualdade sócioeconômica. Para complicar, as áreas não previstas no projeto original não contribuíram para uma maior qualidade do plano fundador.<sup>8</sup> No DF há ainda espaços agrários somando com a Brasília a totalidade do território. Esses espaços agrários, paulatinamente açambarcados para fins urbanos, são importantes dentre os desafios da cidade. No processo de urbanização, Brasília acabou se transformando no conjunto atual de núcleos disseminados no território, sem o controle do que se considerou *planejamento urbano*. Nesse território polinucleado, não se percebe a mesma perspectiva futura para o Plano Piloto de Brasília e as demais cidades.

O *centro* é um território elitizado, rígido, *tombado* e declarado “Patrimônio Cultural da Humanidade”. Nas demais cidades, há espaços flexíveis, que recebem a população excedente. O *centro* da cidade, sede dos governos distrital e federal, e seus anexos, Lago Sul, Lago Norte, Setor Octogonal, Setor Sudoeste, Setor Noroeste tem a marca de espaços privilegiados. Trata-se de um território bem dotado de infra-estrutura e qualidade ambiental, que demanda

<sup>7</sup> Essas questões foram decorrentes da reflexão de Aldo Paviani, professor emérito da Universidade de Brasília. Conhecido por sua simpatia e amor por Brasília, ele indicou o material da CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal (onde é assessor), fundamental para a etapa seguinte do texto (item 2). Desde sua Tese de Livre Docência (*Mobilidade Intra-Urbana e Organização Espacial: o Caso de Brasília*) de 1976, Paviani vem sendo um observador privilegiado e analista percuciente da realidade de Brasília. Fundou e organizou diversas coletâneas na Coleção Brasília - Editora UnB. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: urbanização em Brasília, gestão do território, planejamento urbano, exclusão socioespacial e emprego/desemprego em áreas metropolitana. Foram utilizados: PAVIANI, Aldo “Brasília: que futuro?”, *Correio Braziliense*, Caderno Especial Brasília 44 anos, Brasília, 21 abr. 2004, p. 12 e PAVIANI, Aldo. (Org.) *Brasília, ideologia e realidade*. São Paulo: Ed. Projeto, 1985. Outros autores influenciaram esta questão. Brasilmar Nunes, por exemplo, destaca que “*Brasília é mais um plano urbanístico do que propriamente um plano urbano*”, pois “*as interações humanas são aqui desproporcionalmente inferiores ao volume demográfico, fenômeno que decorre justamente da concepção urbanística adotada*”. NUNES, Brasilmar (org). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília, Paralelo15, 1997 e BUARQUE, Cristovam. *Admirável mundo atual*. Dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado. São Paulo, Geração Editorial, 2001. Buarque e Paviani também acentuam o distanciamento ocorrido entre sua inauguração e sua realização, entre o pensado e o realizado, isto é, entre a imaginada cidade utópica, dita *socialista* e que se formou sob o capitalismo brasileiro, com *apartação social*. Outros autores são necessários para aprofundar tais aspectos, mas não é o objetivo desta provocação.

<sup>8</sup> Para lembrar Millôr Fernandes, em sua conhecida crônica **O Brasil (Descrição física e política): Há muitas diferenças entre as várias regiões geográficas** (do país), *mas a mais importante é a principal*.

policciamento ostensivo em razão do incremento da violência, assaltos a residências, sequestros relâmpagos e agressões entre jovens. Pressiona-se por melhoria nas vias públicas, como pontes e viadutos, os quais deram ao Plano Piloto de Brasília a qualidade de vida urbana de primeiro mundo. Nas outras faces da cidade, circundando o Plano Piloto e o território político do DF, as cidades possuem perspectiva menos promissora, pois, apesar de muitas terem se constituído a partir de pranchetas, longe estão de incorporar o *planejamento urbano* do Plano Piloto de Brasília. São regiões de carências múltiplas em termos de qualidade de vida, possibilidades de emprego nas localidades de residência, infraestruturas como esgotamento pluvial, asfalto e iluminação pública, equipamento de lazer, hospitais e escolas locais com recursos humanos e tecnológicos, segurança pública, transporte público eficiente *etc.* Nas cidades de Goiás da AMB, o quadro é mais grave, diante da explosão de crescimento nos últimos 20 anos e a forte pressão social e populacional.

É a partir desta realidade que, em Brasília, a configuração do espaço metropolitano é produto da relação estabelecida entre a prática espacial – por sua vez produto de ações advindas das concepções e idealizações espaciais e da imaginação geográfica de indivíduos e grupos – e as formas materiais existentes. Isso leva ao entendimento de que o espaço não foi produzido ao acaso, ainda que a espontaneidade da vida tenha um peso importante em sua produção, mas refere-se ao resultado de atos de construção de uma cidade. Aqui um terceiro eixo preliminar.

### 1.3. Um direito à cidade

A modernidade, uma era de direitos,<sup>9</sup> trouxe consigo uma concentração de ideias e concepções sobre a cidade. Dentre elas, a construção de um conceito de cidade como algo pertencente aos direitos de uma população, de um espaço geográfico e de um projeto civilizatório. Como direito à cidade, mais que uma legalidade prévia, criou-se a ideia de um campo urbanístico que deve ser parte do conflito permanente entre liberdades e lutas sociais.<sup>10</sup> A cidade é uma

<sup>9</sup> Na célebre expressão de BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

<sup>10</sup> A expressão *direito à cidade* ganhou conceito com Lefebvre, na obra-manifesto *Le droit à la ville*, publicado poucos meses antes de maio de 1968. Ver LEFÉBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004. Lefebvre repudiava a posição determinista e fixista do urbanismo modernista. Os problemas da sociedade não podem ser todos reduzidos a questões espaciais, muito menos à prancheta de um arquiteto. A crítica ao urbanismo positivista (com todos os riscos de um termo muito mal compreendido), porém, não se reduz à questão de que ignora os limites da capacidade de o planejamento racionalista abstrato transformar a realidade. Mais do que apontar a falência do resultado, Lefebvre contestava o caráter alienante da própria pretensão de tornar os problemas urbanos uma questão meramente administrativa, técnica, científica, pois ela mantinha um aspecto fundamental da alienação dos cidadãos: o fato de serem mais objetos do que sujeitos do espaço social, fruto de relações econômicas de dominação e de políticas urbanísticas por meio das quais o Estado ordena e controla a população. Em oposição a essa perspectiva administrativista, Lefebvre politizou a produção social do espaço: assumiu a ótica dos cidadãos (e não a da administração), assentando o direito à cidade na sua luta pelo direito de criação e plena fruição do espaço social. Avançou numa concepção de cidadania que foi além do direito de voto e expressão verbal: tratava-se de uma forma de democracia pelo controle das pessoas sobre a forma de habitar a cidade, produzida como obra humana coletiva em que cada indivíduo e comunidade tem espaço para manifestar sua diferença.

tentativa mais ou menos bem sucedida dos homens e das mulheres de (re)fazer o mundo em que se vive de acordo com seus desejos e necessidades.<sup>11</sup> Mas, se a cidade é o mundo que os homens e as mulheres criaram, é também o mundo onde eles estão condenados a viver a partir da modernidade. Mesmo os que estão no universo não-urbano (agrário, rural ou fora das cidades), são definidos exatamente em comparação com esta cidade moderna, diferente da cidade antiga e das experiências medievais. A cidade é, na modernidade, basicamente uma obra humana.<sup>12</sup>

Mas que direito é este que surge na contramão da história senão uma necessidade humana radical?<sup>13</sup> Até onde poderá o Estado gerir um direito que esbarre na propriedade privada, pilar da sociedade capitalista? Qual é o direito à cidade no mundo capitalista?<sup>14</sup>

Em realidade, a perspectiva radical do *direito à cidade* no Brasil pode ser facilmente confundida com os direitos básicos, uma utopia diluída nas lutas por direitos elementares da população, como água, esgoto, transporte, escola. É um *direito à cidade* mínimo, como a cidadania brasileira: *possível*.<sup>15</sup>

Há uma mediação entre a gestão urbana do Estado e a sociedade que podemos utilizar para abordar a apropriação política do direito à cidade. Uma vez que o poder efetivo de organizar a vida urbana escapa da administração local (esta desempenha tão somente “*um papel de agilizar e coordenar*”) uma ampla coalizão de forças, empreendida por diversos agentes sociais, se constitui numa *densidade social* variada e conflituosa.<sup>16</sup> A essa ampla coalizão de forças que extrapola o governo local urbano denominou-se de *campo urbanístico*.<sup>17</sup> Este campo de

<sup>11</sup> Para ler a questão da cidade como ponto articulador de uma sociologia urbana ver PARK, Robert E., Ernest E., BURGESS & Roderick D. McKENZIE (& Louis WIRTH) - *The City*, The University of Chicago Press, Chicago, 1925. Textos mais recentes sobre a cidade redefinem a importância da urbanização: CHAKRABARTI, Vishaan, *A Country of Cities*. New York, Metropolis Books, 2012, 252 p.; KATZ, Bruce e BRADLEY, Jennifer. *The Metropolitan Revolution*, New York, Brookings Institution Press, 2012, 189 p.; GLAESER, Edward. *The Triumph of the City*, London, Penguin, 2011, 338 p.; FLORIDA, Richard. *The Rise of the Creative Class*. San Francisco, Basic Books, 2010, 210 p.

<sup>12</sup> Claro que a cidade antiga e medieval era fruto do engenho humano. A diferença com a modernidade é que o ser humano antigo e medieval não possuía a noção de sujeito livre e, portanto, autor de sua realidade. Na modernidade, ser humano consiste em ser livre e o caminho para chegar aí é cada individualidade negar-se como realidade isolada e *construir* um mundo que é efetivador da liberdade. Ver: OLIVEIRA, Manfredo A. de. Desafios éticos da Globalização. *Consecratio Mundi*. Festschrift em homenagem a Urbano Zilles. Ed. por ULMANN, R.A., Porto Alegre, Edipucrs, 1998, p. 553.

<sup>13</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. “O Direito à Cidade e a Construção da Metageografia”, *Revista Cidades*, v.2 n°. 4, 2005, p.221-247.

<sup>14</sup> RODRIGUES, Arlete Moysés. “Direito à Cidade e o Estatuto da Cidade”. In *Revista Cidades*, v.2 n°. 3, 2005, p.89 -110.

<sup>15</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano*. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004, p. 38ss..

<sup>16</sup> HARVEY, David. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio” in *Cidades: Estratégias Gerenciais*. Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos – Ano XVI – 1996, n°. 39, p. 52.

<sup>17</sup> MARTINS, Jeová Dias. As regras da metrópole. Campo urbanístico e ordem social na região metropolitana de São Paulo. *Tese* (Doutorado) Brasília: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2006. Especialmente o capítulo da *Teoria do Campo Urbanístico*.

forças pode ser encarado como a tentativa de abarcar a totalidade da luta política e cognitiva pelo controle do processo de produção do espaço, realizada por diversos agentes, grupos e instituições. Nesta trama que se desenrola pelo controle em torno do espaço urbano o que está em jogo é o *dever-ser* da metrópole, em outras palavras, quem e como arbitrará suas regras.

Outra denominação desta trama é *conflito*. Na atual etapa do processo urbano, o direito à cidade é essencialmente um direito ao conflito. Como em todas as fases anteriores, a expansão mais recente do processo de urbanização (especialmente em Brasília) trouxe consigo mudanças incríveis nos estilos de vida, com um misto de diversidade e complexidade desta feita inédito. A questão é que as mudanças foram convertidas em mercadorias e mercados, disputados e conflituosos. A economia urbana contemporânea é estruturada, além da propriedade, de elementos como o consumismo, a indústria cultural e do conhecimento, e da expansão de uma ética e uma estética entre a luta e a pacificação. Nessas condições, os ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento se tornam muito mais difíceis de sustentar. Para exemplificar: a redistribuição privatizada por meio de atividades criminosas ameaça a segurança individual e pública a cada passo, gerando a demanda social e popular por *mais* repressão policial.<sup>18</sup>

Até mesmo a ideia de que a cidade possa funcionar como um corpo político coletivo, um lugar dentro do qual e a partir do qual possam emanar movimentos sociais progressistas, parece implausível. Há, porém, especialmente nos últimos anos, a exurgência de movimentos sociais tentando superar o isolamento e remodelar Brasília segundo uma imagem diferente daquela apresentada pelas incorporadoras imobiliárias, apoiadas pelos financistas, as grandes corporações e um aparato estatal local com mentalidade cada vez mais influenciada pelos negócios (públicos e privados).

A Comissão Justiça e Paz de Brasília nasceu a partir dessas questões como campos de ação da Igreja para a *justiça* e a *paz*. No momento de sua fundação (1986) lançou projeto constituído pelos pressupostos da cidadania e da participação em que muitas dessas percepções sobre Brasília já estavam pontuadas.<sup>19</sup> O projeto/programa da Comissão para as lidas e as lutas da cidade foi parte do universo de democratização. Ali, já estava a percepção de que Brasília era mais que suas “*escalas arquitetônica, monumental e bucólica que atribuem a Brasília a sua condição de urbs e de civitas, bela, moderna e funcional, (...)*”, mas “*(...)na dimensão de verdadeira polis, (...) obra do povo organizado para atribuir a Brasília a escala humana que a realiza como cidade*”.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> Basta gastar duas horas dedicadas a um desses programas de *violência/repressão policial* presentes na grade das programações de rádio e televisão mais populares em Brasília. Adverte-se: mais que duas horas pode fazer mal à saúde!

<sup>19</sup> Comissão Justiça e Paz de Brasília, *Cadernos de Justiça e Paz 1*, Cidadania e Participação, Arquidiocese de Brasília, Brasília, 1987. Ficou conhecido o material da Arquidiocese como o “caderninho” da Comissão.

<sup>20</sup> As questões foram aprofundadas por José Geraldo de Sousa Júnior e Nair Heloísa Bicalho de Sousa em

Retomar essas percepções, propor outras, colocar na roda de conversas visões da cidade (junto e misturado) é propor à *Comissão* colocar seu espaço de mediação social – fruto de sua existência eclesial (o seu *ser*) – a serviço. Para tanto, a troca de impressões e elementos é uma visão dos *desafios* de Brasília estruturada, a partir deste (pre)texto, numa trinca de eixos (*VER – Brasília – a ideia da cidade como um direito*) e numa realidade em permanente conflito. Entre o planejamento original e a vida,<sup>21</sup> entre a cidade sonhada, desejada e sua concretude, há uma contradição permanente em Brasília – a lei, a sua (des)obediência e a superação das tensões por parte das pessoas, instituições, grupos e as conquistas de seus direitos (e deveres). Tais fenômenos são muitas vezes perceptíveis. Em outros momentos estão submersos ou acomodados. Cabe-nos admirar. Ver. E, se possível, enfrentar. Nas palavras de Leminski:<sup>22</sup>

*Em Brasília, admirei.  
Não a niemeyer lei,  
a vida das pessoas  
penetrando nos esquemas  
como a tinta sangue  
no mata borrão,  
crescendo o vermelho gente,  
entre pedra e pedra,  
pela terra a dentro.  
Em Brasília, admirei.  
O pequeno restaurante clandestino,  
criminoso por estar  
fora da quadra permitida.  
Sim, Brasília.  
Admirei o tempo  
que já cobre de anos  
tuas impecáveis matemáticas.*

---

diversos textos e estudos. Tais análises são paradigmáticas. Ver: SOUSA JUNIOR, J.G., BRASÍLIA, capital da cidadania. Texto em versão digital e publicado pela *Revista Humanidades* n.º 56, Editora UnB, dezembro de 2009. Nele recupera-se o material da Comissão Justiça e Paz de Brasília, além da reflexão de José Carlos Córdova COUTINHO (Polis, aos 30. Brasília na Constituinte, *Jornal de Brasília*, 15/11/87, Caderno Especial Brasília), especialmente pela condição da cidade como *polis*; SOUSA, Nair H. B. de, *Construtores de Brasília – Estudos de Operários e sua Participação Política*, Vozes, Petrópolis, 1983; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Direito à Memória e à Moradia*. Realização de Direitos Humanos pelo Protagonismo Social da Comunidade do Acampamento da Telebrasil, Ed.UnB/Faculdade de Direito, Brasília, 1998. Além disso, por conta da contribuição de ambos na apresentação da *rua* na cidade, dimensão simbólica e espaço de mais intensa comunicação como o lugar do protesto, semente de um protagonismo transformador ver: SOUSA, Nair H.B. e SOUSA JÚNIOR, J.G., Cidadania Achada na Rua, *Correio Braziliense*, de 20/06/2013, p. 15 (Opinião).

<sup>21</sup> Nicholas BEHR contrapõe Brasília a uma Braxília: “(...) *Braxília não, Braxília é sonho. A cidade que cada um de nós pode inventar e construir, sem tijolos e sem dor. A utopia dentro da utopia, como se isso fosse possível. A outra Brasília, a sua, a nossa, a velha, a real, já foi sonho sim. Já foi. Hoje esta cidade são linhas retas que substituímos por linhas sinuosas, barrocas. (...)*” Em BEHR, Nicholas, *Vinde a Mim as Palavrinhas*, Brasília: LGE Editora, 2005, p. 41.

<sup>22</sup> LEMINSKI, Paulo, *Ruinogramas*, mimeo., 1980.

*Adeus, Cidade.  
O erro, claro, não a lei.*

## 2. Desafios de Brasília: os grandes e os outros

A estratégia aqui é oferecer, ao contrário da introdução, mais dados e fatos para um entendimento dos desafios de Brasília. Os tópicos foram definidos a partir de uma visão de mundo e num espírito. Existem outras possibilidades.

Página | 8

Quando for possível associar informações completas sobre a Área Metropolitana de Brasília (AMB), estas estarão indicadas no texto. Quando não for possível, os dados serão apenas os colhidos em torno da unidade política do Distrito Federal (DF).<sup>23</sup> Outro aspecto é que muitas vezes os dados serão resultado de informações colhidas nos repositórios de dados, sendo indicados os anos de sua produção. Estes dados estarão, todavia, demarcados pela própria realidade e sua explicitação se dará a partir de um contexto.

Claramente o contexto é o atual, a partir de uma localização espacial e de uma situação especial: **viver** na região de **Brasília** na segunda década do **século XXI**, na **América Latina**, em um **mundo** em mudança.<sup>24</sup> Uma realidade marcada por grandes mudanças, com um alcance global que, com diferenças e matizes, afetam o mundo inteiro. Os fenômenos da (i) globalização e (ii) das mudanças da ciência e da tecnologia impactam a cultura, a economia, a política, as ciências, a educação, o esporte, as artes e também, naturalmente, a religião. Uma realidade que para o ser humano se tornou cada vez mais sem brilho e complexa. Nesta fragmentação e limitação, as pessoas costumam se sentir frustradas, ansiosas e angustiadas.

A realidade social parece muito grande para uma consciência que, levando em consideração sua falta de saber e de informação, facilmente se crê insignificante, sem ingerência alguma nos acontecimentos, mesmo quando soma sua voz a outras vozes que procuram se ajudar reciprocamente. Vive-se uma crise do sentido. Mas a questão é que a mera diversidade de pontos de vista, de opções e, finalmente, de informações, que costuma receber o nome de multiculturalidade, não resolve a ausência de um significado unitário para tudo o que existe. É uma mudança de época cujo nível mais profundo é o cultural.

Dissolve-se a concepção integral do ser humano, sua relação com o mundo e com o sagrado, o individualismo enfraquece os vínculos comunitários e propõe uma radical transformação do tempo e do espaço. Os fenômenos sociais,

---

<sup>23</sup> Os dados foram compilados no site da CODEPLAN a partir dos documentos e pesquisas oficiais realizadas pela empresa pública de planejamento. As diferenças de anos decorrem das metodologias e periodicidades de consulta das informações. Os anos estão indicados entre parênteses. Quando as informações forem referentes a outras fontes estarão indicadas no texto.

<sup>24</sup> A partir deste ponto, todas as características são uma síntese do *Documento de Aparecida*: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília, São Paulo: CNBB, Paulinas, Paulus, 2007, números 33 a 100.

econômicos e tecnológicos estão na base da profunda vivência do tempo, ao que se concebe fixado no próprio presente, trazendo concepções de inconsistência e instabilidade. Deixa-se de lado a preocupação pelo bem comum para dar lugar à realização imediata dos desejos dos indivíduos numa AL em que coexistem diversas culturas indígenas, afro-americanas, mestiças, camponesas, urbanas e suburbanas.

A globalização é fenômeno complexo que possui diversas dimensões (econômicas, políticas, culturais, comunicacionais *etc*). Lamentavelmente, a face mais difundida e de êxito da globalização é sua dimensão econômica, que se sobrepõe e condiciona as outras dimensões da vida humana. Na globalização, a dinâmica do mercado absolutiza-se como regulador de todas as relações humanas. Este peculiar caráter faz da globalização um processo promotor de iniquidades e injustiças múltiplas. A globalização, tal como está configurada atualmente, não é capaz de interpretar e reagir em função de valores objetivos que se encontram além do mercado e que constituem o mais importante da vida humana: a verdade, a justiça, o amor, e muito especialmente, a dignidade e os direitos de todos, inclusive daqueles que vivem à margem do próprio mercado.

É uma região (AL) que vive um progresso democrático que se demonstra em diversos processos eleitorais. No entanto, há diversas formas de regressão autoritária por via democrática. Muitas vezes a democracia é puramente formal (democracias com características especiais que se apresentam sob o formato de democracias delegativas).<sup>25</sup> Apesar do crescimento de procedimentos eleitorais mais freqüentes e com maior legalidade, a democracia participativa e baseada na promoção e respeito dos direitos humanos ainda está distante da realidade.

A presença da sociedade civil, assumindo uma atitude mais protagonista e a irrupção de novos atores sociais como são os indígenas, os afro-americanos, as mulheres, os profissionais, uma extensa classe média e os setores marginalizados organizados, está fortalecendo a democracia participativa e estão se criando maiores espaços de participação política. Estes grupos estão tomando consciência do poder que têm em suas mãos e da possibilidade de gerarem mudanças importantes para a conquista de políticas públicas mais justas, que revertam sua situação de exclusão. O recrudescimento da corrupção na sociedade e no Estado em boa parte da região envolve os poderes legislativos e executivos em todos os seus níveis, e alcança também o sistema judicial. Numa das maiores biodiversidades do planeta e uma rica

---

<sup>25</sup> O'DONNELL, Guillermo. *Democracia delegativa*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011, p. 41: “*El problema que presentan las democracias modernas es la elitización de la política. Un reducido grupo de políticos profesionales se alternan en el gobierno, en tanto que la población permanece al margen del ejercicio verdadero del poder estatal. En la sociedad capitalista, dividida en clases dominantes y dominadas, la elitización favorece a los grupos más encumbrados, dado que le permite manejar el estado a su antojo. La elitización solo es posible si el común de la gente se mantiene en una actitud pasiva respecto de los conflictos políticos y sociales. Este tipo de funcionamiento de la democracia lo denominamos democracia delegativa, dado que los ciudadanos delegan su poder en la elite y se desentienden de la política.*”

sócio-diversidade representada por seus povos e culturas, a AL continua sendo agredida, a terra depredada, as águas tratadas como se fossem mercadorias negociáveis.

O objetivo de nossa tentativa de diagnóstico tem como base a consciência de que as atuais interrogações éticas brotam de nossa situação histórica própria. Claro que não se pode defender uma visão única. As sociedades contemporâneas, marcadas pela existência de um pluralismo de cosmovisões e a ausência de explicações,<sup>26</sup> dependem decisivamente da experiência da globalização e da articulação do sistema econômico mundial em um mercado único e excludente, contextualizada em cada lugar e a cada tempo.

Esse contexto é um desafio permanente. Não se fala de Brasília e sua área metropolitana (AMB) somente a partir de uma unidade isolada, mas inserida em uma realidade global e nacional. Há muitas implicações. Mas, primeiro os dados mais gerais.

## 2.1. Dados gerais

### 2.1.1. Território e quadro político

O Distrito Federal localiza-se em um quadrilátero entre os paralelos 15°30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos 47°25' e 48°12' de longitude WGr, na Região Centro-Oeste. Ocupa uma área de 5.789,16 km<sup>2</sup> no Planalto Central do Brasil, centro-leste do Estado de Goiás, equivalendo a 0,06% da superfície do país. Concebido como unidade exclusiva na federação brasileira, reúne o Distrito Federal a condição de município e estado. Brasília geralmente é conhecida como o *centro* deste território.

### 2.1.2. População e demografia

Em 1957, apenas 12.283 pessoas moravam em Planaltina, Brazlândia e fazendas próximas, constituindo os primeiros habitantes do Distrito Federal. Com o início das obras da construção de Brasília, deflagrou-se um processo migratório caracterizado por contingentes populacionais, que se diferenciaram quanto à origem e a função desempenhada na nova cidade. Essa situação determinou até 1970, a predominância da contribuição migratória sobre a vegetativa na composição da taxa de crescimento, motivadas pela política governamental de incentivo à atração de mão de obra para a capital levando a uma taxa média

---

<sup>26</sup> Ver OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética, Direito e Democracia*. São Paulo. Paulus, 2010, p. 9-20. Para ele, na esteira de Habermas, a questão mais grave do tempo atual das sociedades é a “*perda de legitimação de uma fundamentação ontológica, radicada numa concepção objetiva da razão, das normas morais e sua consequência maior é a falta de um consenso substantivo sobre valores, isto é, sobre a melhor forma de vida, em nível da sociedade comum todo*”. Daí que, eliminada a razão objetiva “*dependemos de uma fundamentação pós-metafísica da moral*”, cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. O Debate acerca da fundamentação de uma teoria da justiça: Rawls e Habermas. In FELIPE, S.T. (org). *Justiça como equidade*. Fundamentação e interlocuções polêmicas (Kant, Rawls, Habermas). Florianópolis: Insular, 1998, p. 89.

geométrica de crescimento anual de 14,4% para o período de 1960/70 e 8,2% para 1970/1980. Sendo assim, no período mais intenso da construção de Brasília, as correntes migratórias constituíam o principal fator da formação populacional do Distrito Federal. No ano de 1960, 93,6% do contingente populacional do DF eram formados por migrantes. Em 1970, 77,1%, segundo informações elaboradas pela CODEPLAN.

O Censo de 1991 do IBGE registrou 1.601.094 habitantes no DF, distribuídos nas 19 Regiões Administrativas (RAs) existentes, à época. No Censo de 2000, esse contingente era de 2.051.146 e, em 2010, chegou a 2.570.160 habitantes nas unidades residenciais das 30 RAs.

Segundo dados do IBGE, em um período de 12 anos, o número de habitantes do DF cresce uma Ceilândia e meia, ou seja, o DF passou de 2.043.169 habitantes para 2.648.532 ; Ceilândia tem 400 mil. Sendo assim, Brasília <sup>27</sup> segue como a 4ª cidade mais populosa do país, indica o instituto, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Nos últimos 12 anos, foi a sexta capital a ter maior crescimento populacional. Palmas, Boa Vista, Macapá, Manaus e Porto Velho, nesta ordem, foram as capitais com maior crescimento.

Os dados divulgados pelo IBGE em agosto de 2012 apontavam que a população do Distrito Federal cresceu 29,6%, passando de 2.043.169 para 2.648.532 pessoas. Em 2010, o censo indicou uma população de 2.570.160 habitantes e em dois anos chegamos a 2.648.532. Esse aumento no número de habitantes nesse período – 605,3 mil pessoas – equivale a uma vez e meia a população de Ceilândia, a região administrativa mais populosa do DF.

O interessante é que até 2000, Brasília era a sexta cidade mais populosa do país. Análise de dados de 2010 indica que a capital federal já era a quarta cidade do Brasil em número de habitantes. Na primeira década, o crescimento populacional foi de 23%, ao passo que o crescimento do Brasil foi de apenas 12,3% na década, segundo o IBGE.

Nos próximos anos, o fluxo de moradores vai mudar radicalmente a rotina de algumas cidades do Distrito Federal. Se a projeção populacional traçada pela Companhia de Planejamento do DF (CODEPLAN) se confirmar, em 2020, o número de habitantes de São Sebastião aumentará em 52,1%. O movimento inverso ocorrerá no Lago Sul, onde a perspectiva é de redução em 9,46%. O envelhecimento da população, o poder aquisitivo, o encolhimento das famílias e a possibilidade de expansão do núcleo urbano em algumas regiões estão entre as razões da mudança.

O movimento requer atenção dos governos na elaboração de políticas públicas

---

<sup>27</sup> Para o IBGE, Brasília corresponde a todo o Distrito Federal, por isso o valor de 2,6 milhões de habitantes.

que garantam o bem-estar social. O problema é que, com exceção do Plano Piloto, Sudoeste, Lago Sul e Lago Norte, boa parte das cidades do DF ainda convive com a falta de infraestrutura básica, opções de esporte e lazer e atendimento à saúde. De uma forma geral, o trânsito é caótico, o transporte público precário e a expansão do tráfico e consumo de drogas, um desafio grave para as autoridades de segurança pública.

### 2.1.3. ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA - AMB

A AMB abrange os municípios de Goiás: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. A população da AMB (2010), a área e a distância das cidades com o Distrito Federal, podem ser visualizados na tabela a seguir.

**Tabela População da Área Metropolitana de Brasília - 2010**

<i>Município</i>	<i>População</i>	<i>Área (em Km<sup>2</sup>)</i>	<i>Distância (em Km)</i>
Águas Lindas de Goiás	159.378	188	47
Alexânia	23.814	848	87
Cidade Ocidental	55.915	390	42
Cristalina	46.580	6.162	119
Formosa	100.085	5.812	79
Luziânia	174.531	3.961	58
Novo Gama	95.018	194	46
Padre Bernardo	27.671	3.139	106
Planaltina de Goiás	81.649	2.538	56
Santo Antônio do Descoberto	63.248	944	44
Valparaíso de Goiás	132.982	61	35
<b>Subtotal</b>	<b>960.871</b>	-	-
<b>Distrito Federal</b>	<b>2.570.160</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>3.531.031</b>	-	-

### 2.1.4. Um retrato de Brasília: desigualdades

Em uma distância de não mais do que 20 Km evidencia-se, no Distrito Federal, o maior abismo socioeconômico do Brasil. Os moradores do Lago Sul, que detêm um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais alto do país, possuem renda domiciliar *per capita* 19 vezes maior do que os da Estrutural.<sup>28</sup>

<sup>28</sup> Dentre as 27 unidades da federação, o DF possui também o maior IDH do Brasil, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (lançado em 29/07/2013, em Brasília-DF), feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),

Uma parte de Brasília tem padrões de vida perto dos melhores do mundo. Noutra parte, a maior favela do Distrito Federal - a cerca de 30 quilômetros do Palácio do Planalto - tem 56.483 moradores, em 15.737 domicílios. No Brasil só perde como favela em população para a Rocinha, no Rio, com seus 69.161 habitantes, de acordo com o censo de 2010 do IBGE. Gigantesco loteamento com 56,4 mil habitantes, como nos outros 35 aglomerados subnormais - nomenclatura dada pelo governo para definir área de ocupação irregular e com ausência de serviços públicos - do DF, que somam 133.556 moradores, a ARIS *Sol Nascente* <sup>29</sup> é um gigantesco loteamento marcado pela pobreza e pelas péssimas condições de vida da população.

São os dados iniciais da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDADDF/2011), realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). Já há uma pesquisa 2013, mas os dados ainda não estão totalmente sistematizados. A PDAD faz uma radiografia das 30 regiões administrativas do DF e mostra que esses dois brasis, tão próximos fisicamente, não estão separados apenas pelos ganhos salariais dos seus habitantes. A diferença entre as regiões administrativas começa no nível de escolaridade de suas populações. Enquanto a maioria dos moradores do Lago Sul tem superior completo, na Estrutural a proporção dos que concluíram um curso universitário não chega a 1%.

A PDAD/DF-2011 foi realizada em 30 regiões administrações do Distrito Federal. A amostra foi coletada em pouco mais de 23 mil domicílios, com uma média de ocupação de 3,3 pessoas por residência. O objetivo é traçar um perfil do morador do DF quanto às características da unidade domiciliar, população, dados sobre trabalho e renda, posse de bens, gênero, escolaridade, religião, cor/raça, estado civil, migração, com enfoque também no perfil dos responsáveis pelo domicílio. Segundo apurou de ocupação de 3,3 pessoas por residência.

Segundo apurou a pesquisa, a renda domiciliar média da população é de R\$ 4.640,86 (8,52 Salários Mínimos-SM) e a renda *per capita*, R\$ 1.318,85 (2,42 SM). Os melhores níveis de renda sobressaem em seis localidades, sendo que no Lago Sul a renda domiciliar é de R\$ 18.950,86. Quando se analisa a distribuição da renda bruta mensal segundo as classes de renda acima de 20 salários mínimos, destaques para o Lago Sul (69,90%), Lago Norte (52,10%), Park Way (48,11%), Jardim Botânico (46,30%), Sudoeste/Octogonal (38,30%) e Brasília (34,30%). Em contrapartida, os domicílios com renda domiciliar mensal até 1 salário mínimo são muito numerosos na Estrutural (18,30%), Varjão (16,39%), Ceilândia (15,50%), Recanto das Emas (12,50%) e Itapoã (12,10%).

---

em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP). Elaborado com base nos Censos de 1991, 2000 e 2010, o novo Atlas 2013 apresenta ainda o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de todos os 5.565 municípios brasileiros e mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade. Brasília também lidera no item *desigualdade interna*.

<sup>29</sup> ARIS: Área de Regularização de Interesse Social. Denominação da legislação urbana do Distrito Federal. Ela também é conhecida como *Condomínio Sol Nascente*. Não deixa de ser uma ironia.

A posse de bens como automóveis aparece em 62,86% dos domicílios do DF, sendo que em 98,69% dos domicílios do Lago Sul e 98,14% no Jardim Botânico, em contraste com a Estrutural (32,31%) e Itapoã (33,22%). A bicicleta está presente em 29,08% das residências, a máquina de lavar encontra-se em 71,57% dos domicílios, com percentuais de 98,32% no Lago Sul e 38,53% em Itapoã. As linhas de telefone celular pré-pago chegam a 78,43% e o pós-pago a 23,19%. Entre os que possuem outros imóveis (casas, apartamentos, lotes, lojas e chácaras) são 11,18% no DF e 39,25% no Lago Sul. Por fim, os microcomputadores estão presentes em 55,59% dos domicílios brasileiros, sendo que no Lago Sul estão em quase 84% e em Itapoã e Estrutural em pouco mais de 23%.

A pesquisa mostra que os tipos de domicílios predominantes no DF são casas (75,45%) e apartamentos (21,58%), 99,17% usam alvenaria nas construções residenciais e o piso de cerâmica destaca-se em 80,61% das moradias. Os que declararam residir em imóvel próprio são 71,53% e 22,08% residem em imóveis alugados. Apenas 43,33% residem em imóvel próprio com escritura definitiva; 51,63% disseram que adquiriram seus imóveis com recursos próprios, 5,80% por meio de financiamento, 12,16% doados por particulares ou cedidos pelo Governo e 28,48% não têm imóvel.

Os domicílios em terrenos não legalizados ou assentamentos são 20,18%, constituindo ampla maioria em algumas regiões de baixa renda, como Estrutural (86,30%) e Itapoã (70,03%), assim como em RAs de rendas mais altas, como Vicente Pires (84,61%) e Jardim Botânico (83,02%).

Enquanto na Estrutural 83,22% dos domicílios possuem apenas um banheiro e 1,02% tem banheiro coletivo, 94,02% das residências do Lago Sul contam com três ou mais banheiros. A rede de abastecimento de água cobre 98,55% do DF.

Quanto ao esgotamento sanitário, 87,19% dos domicílios contam com rede geral e o atendimento por fossa séptica é predominante em regiões administrativas criadas recentemente e com alta renda, como Jardim Botânico (94,82%), Park Way (93,13%) e Vicente Pires (86,02%), enquanto algumas RAs de renda baixa possuem 100% de cobertura da rede geral, como Santa Maria, ou mais de 99%, como Recanto das Emas e Itapoã.

Enquanto 30,52% dos domicílios do DF tem até 60m<sup>2</sup> este percentual é de 74,03% na Estrutural e de apenas 0,19% no Lago Sul. De outro lado, as residências com área acima de 150m<sup>2</sup> são 10,10%; no DF, 95, 89% no Lago Sul 10,10%; no DF, 95, 89% no Lago Sul e 0% na Estrutural.

A população compõe-se de 52,53% de mulheres. O número de crianças até 14 anos chega a 35,20% da população total na Estrutural e 33,84%, em Itapoã, mas no Lago Sul são apenas 12,01% e no Lago Norte, 9,37%. Os idosos com 60 anos

ou mais, no Lago Sul, representam 30,12% da população e em Brasília 21,88%, mas na Estrutural são apenas 3,23%. Em relação à cor/raça declarada, 53,93% são negros, compreendem a 49,41% de pardos/mulatos e 4,51%, pretos. Os brancos, que são 45,74%, predominam no Lago Sul (80,47%), Lago Norte (80,22%), Sudoeste/Octogonal (76,58%) e Brasília (70,03%). Os negros predominam na Estrutural (75,84%), Paranoá (72,78%), Varjão (71,95%) e Itapoã (71,36%).

O estado civil no DF segue o padrão tradicional. A maioria, incluindo os conviventes, constitui-se de casados (50,15%). Entre as Regiões Administrativas (RAs), os conviventes foram mais representativos na Estrutural, Varjão e Itapoã, com percentuais entre 25% e 33%. Os solteiros são 39,96% em média no DF.

A religião católica é praticada pela maioria dos moradores do DF (61,82%), os evangélicos são 27,93% e os espíritas, 3,16%. Os católicos predominam no Lago Sul (73,64%); São Sebastião, (69,10%) e no Guará, (69,00%). Os maiores percentuais de evangélicos são encontrados nas RAs com menor poder aquisitivo: Estrutural (44,83%), Varjão (38,43%) e Itapoã (36,74%). Os sem religião variam de 2,79% em Santa Maria a 11,96% no Lago Norte, sendo que na média representam 4,80%.

Os naturais do Distrito Federal são 48,11% da população e os migrantes ainda são maioria (51,89%). Desses, 51,05% vieram das regiões Nordeste; 27,65%, do Sudeste; 13,88%, do Centro-Oeste e apenas 6,84% das regiões Norte e Sul. Quando desagregada a naturalidade por RAS, a população oriunda do Sudeste predomina no Lago Sul (49,58%), no Lago Norte (49,05%) e em Brasília (44,06%). Dos que vieram do Nordeste, há ampla maioria na Estrutural (69,38%) e Itapoã (67,79%). Quase 45% do total de migrantes residem no DF há mais de 15 anos sendo acima de 69% no Gama e apenas 7,23% no Sudoeste e o maior motivo da migração é a procura de trabalho, aparecendo em segundo plano o acompanhamento de parentes.

O DF possui 783,7 mil pessoas estudando (30,66% da população urbana), sendo que pouco menos de 65% em escolas públicas. Quanto ao nível de escolaridade, os analfabetos acima de 15 anos (incluindo os que apenas sabem ler e escrever e frequentam cursos de alfabetização) são 3,71%, sendo que no Paranoá são 5,38%; Planaltina, 6,03% e em Brazlândia, 6,08%. Quanto aos que possuem curso superior completo são 15,87% no DF, sendo que Lago Norte são 63,23% e no Itapoã apenas 0,52%.

A pesquisa apurou que estão ocupados no mercado de trabalho com atividade remunerada 41,75% da população. Foi estimado um total de 1.078.3 mil ocupados, dos quais 0,54% trabalha na agropecuária; 6,61% na indústria; 24,93% no comércio; 22,14% na Administração Pública (administração direta, empresas públicas e fundações); 29,6% em serviços diversos e 16,0%, em atividades não definidas. A maior proporção de trabalhadores na Administração Pública é

encontrada no Sudoeste/Octogonal (54,39%), Brasília (46,14%); Lago Norte (47,96%) e Jardim Botânico (42,59%). Já os empregados domésticos são numerosos no Varjão (19,33%); Itapoã (13,88%), São Sebastião (12,68%) e Paranoá (12,79%).

A construção civil é responsável por 5,32% do total de ocupados do DF, tendo grande presença em Itapoã (19,5%) e na Estrutural (14,0%). Já o comércio ocupa 24,96% do total, superando 30% em várias RAs: Candangolândia, Ceilândia, Planaltina, entre outras. Dos 1078,3 mil postos de trabalho gerados no DF, a RA I - Brasília responde por 477,1 mil (44,25%) seguida por Taguatinga com 8,31% e Ceilândia (6,24%). E 75,3 mil pessoas (7,00%) trabalham em dois ou mais locais.

Dos responsáveis pelos domicílios, 69,84% são homens e 30,16%, mulheres. Concentram-se no grupo com mais de 55 anos (37,56%) e de 46 a 55 anos (22,11%). A escolaridade neste segmento compreende 7,07% de analfabetos e 28,28% com ensino fundamental incompleto, perfazendo 35%, sendo que na Estrutural esse percentual chega 67,70% e em Itapoã a 69,30%. Enquanto no Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste/Octogonal mais de 80% têm nível superior completo, na Estrutural e Itapoã são pouco mais de 1%. A renda individual média é de R\$2.751,59 (5,05 SM). Os responsáveis que moram no Lago Sul, recebem 21,16 SM, no Lago Norte, 15,45 SM e em Itapoã e SCIA Estrutural, cerca de 1,40 SM.

Este primeiro retrato tem uma expressão: **desigualdades!** Ao pensar a realidade de Brasília é comum levar em consideração a agregação humana distinta, tendo em vista que se trata de um espaço modelado na prancheta, com atributos bem definidos numa área relativamente desocupada, sem nenhum obstáculo social que se confrontasse ao projeto original. Dessa forma, muitos compreendem isso como elemento diferenciador entre Brasília e outras cidades que se construíram com dinâmicas diferentes. No entanto, Brasília já não se diferencia das demais grandes cidades e capitais. Brasília, ao sair de sua condição de projeto e passar a situação de cidade, desenvolveu em seu interior as **desigualdades** de qualquer metrópole mundial. As consequências dessa situação são espaços diferenciados segundo sua natureza planejada, bem como a respectiva classe social que dele se utiliza. Em Brasília percebe-se, por um lado, a acumulação de riqueza, por outro, a socialização da miséria.

## 2.2. Conjuntura de Brasília

Brasília, além de Capital da República, tornou-se a partir dos anos 2000 uma das principais metrópoles do País. Sua área metropolitana, com 3,6 milhões de habitantes, apresenta a mesma gama de problemas que aflige qualquer outra metrópole brasileira. Apesar de o Distrito Federal ter sido construído e estruturado com espaço bem definido de uso, inclusive com preocupações de proteção dos recursos hídricos, mananciais, parques, contemplando inclusive núcleos rurais, o que hoje se vê é uma completa desfiguração dessa concepção.

Assim sendo, em que pese Brasília ser considerada uma cidade nova, acumulou nesses seus cinquenta e três anos problemas de uma velha metrópole, principalmente em função de desmandos governamentais de políticos distantes dos interesses públicos e demagogos que transformaram a capital num local cheio de problemas sociais, econômicos e ambientais.

O inchamento da cidade, a falta de emprego, a grilagem de terras públicas, ocupações sem critério, bem como a formação de um cinturão de miséria na AMB, comprometem em muito a qualidade de vida na região. O mais preocupante ainda, mantido o curso das políticas que tradicionalmente vêm sendo implementadas em Brasília, é que indicadores econômicos e sociais dão conta de que a situação só tende a piorar.

O Distrito Federal é um território político-administrativo pequeno, com área de 5.801,9 km<sup>2</sup> e uma população de cerca de 2,6 milhões de habitantes o que lhe dá uma densidade demográfica em 2009 de 449 hab./km<sup>2</sup>. Em 2007, seu PIB correspondia a 3,76% do PIB nacional, ocupando o 8º lugar entre as unidades da federação; e seu PIB per capita da ordem de 40.696 reais, bem superior ao PIB *per capita* do país, que era da ordem de 14.465 reais; assim como é maior o seu IDH de 0,844 (PNUD,2009) que o IDH do Brasil, de 0,813. Tem indicadores sociais e de saúde de melhor qualidade que a média brasileira, como a taxa de analfabetismo de 4,35% contra 9,9% da brasileira (para maiores de 15 anos (PNAD-2008). Contudo, tem uma distribuição de renda altamente concentrada, revelada pelo Coeficiente de Gini <sup>30</sup> de 0,63 contra 0,55 do Brasil, em 2008; sendo que o do DF ficou estagnado desde 1998 enquanto o do Brasil reduziu-se de 0,60 para 0,55, no mesmo período – mostrando que também as políticas de redistribuição da renda do Governo Federal não foram suficientes para inverter a tendência concentradora de renda do DF.

### **2.2.1. Gestão Pública, Instituições e Participação Popular**

Apesar da forte presença do Estado, a construção de uma gestão pública focada nos resultados para atender bem aos cidadãos e cidadãs ainda é um desafio em Brasília. O setor público carece de condução eficiente, austera, econômica e competente na execução das suas responsabilidades para atender aos programas e serviços necessários à população. O controle da corrupção e a defesa da eficácia dos serviços públicos, exceto em casos isolados, ainda é muito incipiente. Inexiste uma gestão democrática, ética e transparente, com participação popular e controle social.

---

<sup>30</sup> O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento “*Variabilità e mutabilità*”, em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

É notável como não faltam recursos ao GDF, pois além da arrecadação própria que une impostos estaduais e municipais num cofre só, ele ainda conta com fundos federais por meio de um Fundo Constitucional que serve para custear as áreas de saúde, segurança pública e educação. O problema mesmo é incompetência e desvios ilegais que, infelizmente, não é exclusividade de um partido ou outro. A falta de uma classe política comprometida com os interesses públicos é um problema desesperador no DF.

### 2.2.2. Desenvolvimento Econômico

Um dos mais graves problemas enfrentados por Brasília tem sido o elevado contingente de desempregados, que dobrou nos últimos 20 anos e atinge hoje a cifra de 200 mil. Se considerarmos a sua área metropolitana, este total sobe para mais de 300 mil. Entre os fatores que explicam esta situação, dois se destacam. Primeiramente, a estrutura econômica da cidade, que está quase exclusivamente assentada no setor terciário, responsável por 93% do PIB local, com destaque absoluto para o setor público, compreendendo a administração pública e os serviços públicos. Em face da absoluta incipiência dos setores agropecuário e industrial, o segmento indutor do desenvolvimento local tem sido o setor público, responsável historicamente por mais da metade do PIB distrital e por um quarto da ocupação na cidade.

Dessa forma, desde a fundação de Brasília, o setor público tem funcionado como segmento propulsor da economia local, responsável pelo grau de dinamismo dos demais segmentos da economia do Distrito Federal, particularmente em função dos elevados salários pagos, para os padrões brasileiros. Foi com base na massa salarial do setor público que se deu o forte incremento no comércio, na construção civil e nos serviços, particularmente os serviços pessoais do DF.

Ocorre que, a partir do início dos anos noventa, com a complementação do processo de transferência de órgãos da antiga capital para Brasília e com o agravamento da crise fiscal do Estado, esgotou-se a capacidade do setor público de continuar funcionando como propulsor do crescimento econômico local. Enquanto a **população economicamente ativa** (PEA) cresceu 88,7% entre 1992 e 2009 e a ocupação total cresceu 87,4% no mesmo período, o contingente ocupado no setor público cresceu apenas 31,7%. Dessa forma, sua participação no total do pessoal ocupado caiu de 31,8% em 1992 para 22,3% em 2008.

A lacuna deixada pelo setor público na geração de postos de trabalho, associada à debilidade dos setores agropecuário e industrial, fizeram recair sobre o setor de serviços privado a *responsabilidade* em gerar postos de trabalho em quantidade suficiente para absorver a PEA que a cada ano incorpora-se ao mercado. Dessa forma, impactado pelas limitações do setor público, o setor

terciário privado não consegue maior sucesso, resultando numa economia com elevada taxa de desemprego e de informalidade.

A elevada média de rendimentos do pessoal ocupado decorre do expressivo valor médio auferido pelos assalariados do setor público, que é mais de quatro vezes superior ao dos assalariados do setor privado (R\$ 1.080,00). É precisamente o elevado rendimento médio do pessoal ocupado no setor público o responsável pelo peso excepcional que este segmento apresenta na massa de rendimentos do trabalho no Distrito Federal, que atingiu 54,6% em 2009.

Esse modelo também foi o responsável pela alta concentração de renda, fazendo com que Brasília tenha uma renda per capita três vezes maior que a média nacional e duas vezes e meia a do Centro-Oeste. Entretanto, esse desempenho proporcionou a maior desigualdade da renda em 2008, apurada recentemente pelo IPEA. Numa análise dos últimos 15 anos, Brasília foi o único estado onde a desigualdade da renda aumentou.

O segundo fator que concorre para a precária situação do mercado de trabalho é a manutenção de um vigoroso fluxo migratório para a área metropolitana de Brasília, estimado em torno de 50 mil/ano, e que tem sido um fator de pressão constante sobre o mercado de trabalho local. E não obstante o acelerado crescimento populacional no Distrito Federal, da ordem de 2,79% a.a. nos últimos 17 anos, o crescimento da PEA foi ainda mais acelerado (3,81% a.a.), reflexo da maior incorporação ao mercado de trabalho de alguns segmentos, como a população feminina e os jovens. Se, de um lado, este explosivo crescimento populacional é responsável pela elevada taxa de desemprego, anulando parcialmente os efeitos positivos da recuperação dos níveis de emprego, de outro tem contribuído para a emergência de Brasília e região como um dos principais mercados do país.

Nessa direção, Brasília não pode ser pensada de forma isolada. A pesquisa Região de Influência das Cidades - REGIC do IBGE mostra que a capital da República tem uma relação muito importante com um conjunto de cidades ao seu redor. Foi considerada uma das 12 metrópoles nacionais, pois exerce forte influência pendular, onde mais de 10% da população das cidades que ficam no seu entorno, seja por razões de estudo e de trabalho, se deslocam diariamente para Brasília, além disso, exerce sobre os municípios vizinhos forte dependência, que na maioria das vezes não resulta em dinamismo econômico.

Mas o que Brasília tem de singular? A principal vocação estratégica de Brasília, ou mais precisamente do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, continua sendo a sua condição de "portão de entrada" para a mais dinâmica região brasileira, estando na origem de dois dos principais eixos de conexão do País: ao sul, com os principais mercados consumidores e grandes portos exportadores (Santos, Paranaguá, Sepetiba e Tubarão) e ao norte, com os portos de Itaquí (São Luís) e Vila do Conde (Belém).

Ademais, a área metropolitana de Brasília representa hoje um mercado de cerca de 3,6 milhões de pessoas, destacando-se como o 5º maior mercado consumidor do País. Se considerarmos o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, este mercado ascende a 6,1 milhões de pessoas, com renda disponível para o consumo e o 3º maior mercado do País, superado apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

E algumas condições para almejar a condição de grande pólo de logística e industrial estão dadas, como a existência de um amplo mercado consumidor (e de elevada renda média), alto grau de instrução da população, uma variada disponibilidade de insumos para o desenvolvimento industrial e ampla base produtiva no setor agropecuário em sua área de influência.

Deve-se ressaltar, contudo, que alguns gargalos persistem e entram as perspectivas de um efetivo desenvolvimento. Em suma, não obstante todos os graves problemas que têm atingido a economia de Brasília nos últimos anos, deve-se destacar a capacidade que esta metrópole tem desenvolvido na superação desses entraves. Provavelmente a base desta relativa vitalidade seja o dinamismo que a economia da Região Centro-Oeste tem demonstrado nestas duas últimas décadas de estagnação da economia brasileira, e que tem gerado fluidos positivos para o eixo Brasília-Goiânia.

Entretanto, entre os extremos (Brasília-Goiânia) localiza-se a área de influência das metrópoles, que apresenta uma economia extremamente frágil, acentuadamente dependente dos empregos gerados na Capital da República, o que não só pressiona o mercado de trabalho do DF como se reflete no verdadeiro abismo entre sua renda média e a do Distrito Federal.

O seu reduzido PIB, assim como a diminuta geração de emprego (e elevada taxa de desemprego), decorre do baixo nível de atividade econômica. Torna-se, portanto, premente para a sociedade brasiliense, e não somente ao Governo, conscientizar-se que a AMB é uma questão afeita ao DF, tão ou mais que a Goiás. A elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para a área metropolitana, envolvendo o GDF, o Governo de Goiás e o Governo Federal são o primeiro passo para a superação dos graves problemas que atingem a região. Ao mesmo tempo em que a área de influência de Brasília possui um dinamismo singular, a dificuldade de incluir enormes contingentes populacionais tornam essa tarefa desafiadora.

### **2.2.3. Desenvolvimento Agrário e Agrícola**

A estrutura fundiária do Distrito Federal é altamente concentrada. Segundo dados cadastrais do INCRA (2003), o Distrito Federal possui 8,6 mil imóveis rurais com área total cadastrada de 245,3 mil hectares, dos quais, 47,4% titulados; 47% detidos sob a forma de posse; e o restante, na forma mista. Os

minifúndios somam 4,8 mil imóveis (57% do total), mas detêm apenas 4,8% da área total dos imóveis. No conjunto, minifúndios e pequenas propriedades totalizam 71,1 mil imóveis detendo área de 34,4 mil hectares, o que equivale a 83% do número total dos imóveis e 14% da área total. No outro extremo, as grandes propriedades somam 540 imóveis, ou 6% do número total, e acumulam área de 22,6 mil hectares, o equivalente a 69% da área total.

A realidade de concentração da posse da terra no DF é acompanhada também do elevado nível de ociosidade das grandes propriedades. De acordo com os dados do INCRA, 67% da área total das grandes propriedades apresentam-se em situação de improdutividade. Segundo dados do último Censo Agropecuário do IBGE de 2006, embora os agricultores familiares respondam por 46,12% dos estabelecimentos agropecuários, eles possuem 3,3% da área rural do DF. Dos 3.955 estabelecimentos no DF com área total de 251,3 mil hectares, mais da metade (51,5%) têm áreas de até 10 hectares, mas se apropriam somente 3,3% da área total. Já os 30 estabelecimentos situados na faixa de área de 1.000 hectares e mais, que representam 0,7% do número total, concentram área de 65,4 mil hectares, ou 26% da área total dos estabelecimentos do DF.

#### **2.2.4. Agricultura familiar**

Em virtude da elevada concentração fundiária no DF, o papel da agricultura familiar é menos proeminente do que em outras regiões do país. A agricultura familiar ocupa 29% do pessoal envolvido na produção agropecuária em relação a 71% ocupado na agricultura patronal (IBGE, 2006). Especificamente no caso da agricultura familiar, esta compreende 1.824 estabelecimentos agropecuários no DF com área acumulada de 10.867 hectares. Significa que os estabelecimentos familiares participam com 46,1% do número de estabelecimentos do DF e com somente 4% da área total. Já os não familiares detêm 96% da área total e participam com 54% do número. A área média dos estabelecimentos familiares é de 6 hectares enquanto a dos patronais é de 113 hectares. De outra parte, os dados expostos evidenciam a baixa participação da agricultura familiar no DF, cujos indicadores econômicos e sociais destoam da situação em âmbito nacional. A condição inicial para as políticas de desenvolvimento rural no Distrito Federal é preservar a área rural e conter a concentração fundiária e a especulação imobiliária. Neste sentido, é preciso realizar um diagnóstico das terras públicas rurais, tanto sob domínio do GDF como da União. Não há, entretanto, como definir uma política fundiária e agrícola para o Distrito Federal sem se discutir a sua integração com as políticas para a região do Entorno, garantindo uma maior participação dos grupos hoje excluídos da política local. São eles os trabalhadores rurais, os agricultores familiares e os movimentos sociais.

#### **2.2.5. Desenvolvimento Humano e Inclusão Social**

No Brasil, a partir de 1995, as políticas sociais desenvolvidas têm propiciado a redução da miséria, da pobreza e das desigualdades. Os investimentos públicos em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que beneficia mais de 12 milhões de famílias pobres no país, associados à constituição de políticas públicas de Estado como educação, saúde e assistência social, mudaram o enfrentamento da fome, da pobreza e das desigualdades.

A implantação, a partir de 2005, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), transformou a assistência social em política pública continuada e garantidora de direitos, beneficiando diretamente a população em situação de pobreza e extrema pobreza e as pessoas vulneráveis socialmente. Hoje, já são mais de cinco mil Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) financiados pelo governo federal em todo o país. A criação a partir de 2007, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a aprovação da Lei do Piso Salarial Nacional dos Professores vieram na direção de qualificar a educação pública - do ensino infantil ao ensino médio -, envolvendo recursos adicionais no montante de R\$ 50 bilhões. Um passo adiante está na agenda do MEC de continuar ampliando a educação profissional e tecnológica e promover a instalação das escolas públicas em tempo integral no país.

Abolir a miséria e reduzir a pobreza e fortalecer a democracia, construindo um estado de bem estar social sustentável, exigem um novo padrão de desenvolvimento com distribuição de renda e justiça social.

O Distrito Federal é a Unidade da Federação com a maior renda *per capita* do país, mas também é a que possui a maior desigualdade, existindo bolsões de pobreza e vulnerabilidade social, principalmente nas regiões administrativas mais carentes, onde a população está desassistida. Os dados de execução orçamentária retratam o descaso do GDF a proteção à infância e à adolescência. As famílias e as pessoas mais pobres e vulneráveis socialmente, como a população em situação de rua, necessitam de assistência social de qualidade para superarem ou amenizarem o seu sofrimento.

Aqui o desafio é abolição da miséria e a redução das desigualdades e da pobreza, gerando empregos, distribuindo renda e garantindo assistência social pública e gratuita e a ampliação e a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais. No Distrito Federal, é preciso também promover o desenvolvimento com distribuição de renda, gerando os empregos necessários, principalmente para a juventude, além da oferta de serviços de cultura, esporte e lazer, construindo e recuperando espaços públicos e fortalecendo os profissionais e artistas locais que não apoiados. É preciso, igualmente, investir mais intensamente em geração de conhecimento e tecnologia, com ênfase na qualidade da educação e da saúde, de modo a criar as premissas para o desenvolvimento sustentável de novo tipo e melhores oportunidades e condições de vida para a população brasileira.

### 2.2.5.1. Educação

A Rede Pública de Educação do Distrito Federal apresenta os seguintes números: <sup>31</sup>

Alunos matriculados:

Ensino	Diurno	Noturno
Infantil	34.146 alunos	0
Fundamental 8 anos	145.846 alunos	0
Fundamental 9 anos	169.566 alunos	0
Médio	71.984 alunos	11.219 alunos
Educação Profissional (Escola de Música da Brasília)	2.165 alunos	1.402 alunos
Educação Especial	5.266 alunos	0
Total: 441.594 alunos matriculados.		

Escolas disponíveis:

Escolas	Unidades
Urbana	563
Rural	75
Total: 638	

A taxa de frequência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, no Distrito Federal, é de 96,0% (segundo pesquisa realizada em 2009). <sup>32</sup> Há diversas iniciativas, projetos e processos no campo da escolaridade no DF:

- No período de 2007 a 2011, o gasto do GDF na área de educação, incluindo os recursos provenientes do Fundo Constitucional, aumentou de R\$ 7.793,25 para R\$ 10.199,55 por aluno.
- No período de 2007 a 2010, a média de alunos por turma na creche, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio ficou estável e abaixo do limite máximo recomendado. A exceção é o ensino médio, cuja média de alunos por turma foi de 36,7 em 2010, e o limite máximo recomendado é de 35 alunos por turma.
- No período de 2007 a 2011, o percentual de escolas com sanitários e vias acessíveis para deficientes aumentou de 46,2% para 64,7% das escolas em funcionamento.

<sup>31</sup> Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal/Agosto 2011.

<sup>32</sup> Fonte: IBGE/DF

- No período de 2008 a 2011, o percentual de escolas com acesso à internet banda larga aumentou de 58,0% para 84,4% das escolas em funcionamento.
- No período de 2007 a 2010, a taxa de frequência escolar líquida aumentou em todos os níveis de ensino. Na creche, aumentou de 5,8% para 10,1%; na pré-escola, de 39,9% para 56,8%; no ensino fundamental, de 94,1% para 98,6%; e no ensino médio, de 49,0% para 58,2%.
- No período de 2007 a 2010, a taxa de matrículas no ensino superior aumentou de 51,7 para 61,4 matrículas em cada 100 mil habitantes.
- No período de 2007 a 2010, a taxa de aprovação aumentou de 83,8% para 88,7% no ensino fundamental. No ensino médio, a taxa de aprovação aumentou de 71,1% para 82,0% entre 2007 e 2008, e caiu para 74,8% em 2010.
- A taxa de reprovação no ensino fundamental caiu de 14,4% para 8,9% entre 2007 e 2008, e aumentou para 10,1% em 2010. No ensino médio, a taxa de reprovação caiu de 20,9% para 13,0% entre 2007 e 2008, e aumentou para 18,6% em 2010.
- No período de 2007 a 2010, a taxa de abandono caiu de 1,8% para 1,2% no ensino fundamental. No ensino médio, a taxa de abandono variou nesse período, atingindo 6,6% em 2010.
- No período de 2007 a 2010, a taxa de distorção idade-série caiu de 25,0% para 17,9% no ensino fundamental. No ensino médio, a taxa de distorção idade-série caiu de 37,3% para 26,1% entre 2007 e 2008, e manteve-se estável em torno de 29% em 2009 e 2010.
- Entre 2007 e 2009, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) aumentou de 5,0 para 5,6 nas séries iniciais do ensino fundamental, e de 4,0 para 4,4 nas séries finais do ensino fundamental. No ensino médio, o IDEB caiu de 4,0 para 3,8 no mesmo período.<sup>33</sup>
- No período de 2007 a 2010, a taxa de analfabetismo para as pessoas de 15 anos de idade ou mais se manteve estável, com média de 3,47% da população nessa faixa etária.
- No período de 2007 a 2010, o percentual de pessoas com ensino superior completo aumentou de 22,8% para 25,6% da população com 25 anos de idade ou mais.

---

<sup>33</sup> O Ideb é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação). O Ideb é um indicador que sintetiza informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino). Como o Ideb é resultado do produto entre o desempenho e do rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série) então ele pode ser interpretado da seguinte maneira: para uma escola A cuja média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, é 5,0 e o tempo médio de conclusão de cada série é de 2 anos, a rede/ escola terá o Ideb igual a 5,0 multiplicado por 1/2, ou seja, Ideb = 2,5. Já uma escola B com média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, igual a 5,0 e tempo médio para conclusão igual a 1 ano, terá Ideb = 5,0.

Uma educação de qualidade é o primeiro passo para um jovem garantir o seu futuro. No Distrito Federal, 83% das crianças de 0 a 3 anos não têm cobertura de creche. É preciso que todas as fases da criança e do adolescente tenham atenção especial: desde o ensino infantil, da creche, passando pela pré-escola, pelo ensino fundamental e chegando ao ensino médio e à universidade. É preciso dar oportunidade para que os jovens saiam do ensino médio qualificado e com uma profissão, construindo uma escola técnica profissionalizante em cada região administrativa, além de levar o ensino superior para fora do Plano Piloto, beneficiando alunos das regiões mais carentes do DF.

A educação pública no Distrito Federal já foi considerada uma das melhores do país. Mas hoje quem tem filho em escola pública sabe que ela deixa muito a desejar. É preciso seguir um novo caminho, mais democrático, que garanta o acesso das crianças à educação infantil, valorize os professores e funcionários e priorize a educação integral e a formação técnica profissional para garantir um futuro melhor para nossas crianças e mais oportunidades para os jovens. É preciso também erradicar o analfabetismo no DF que atinge 5,2% da população de 10 anos ou mais (132 mil pessoas).

#### **2.2.5.2. Saúde**

A saúde no Distrito Federal é uma das piores do país. De acordo com um índice divulgado pelo Ministério da Saúde, que avaliou o acesso e a qualidade dos serviços em todo o Brasil, o DF ficou em 20º lugar entre todos os estados (2012). Numa escala que avalia de 0 a 10 pontos como andam os serviços e as ações realizadas pelo governo na área, o DF levou nota 5,04.

A medição batizada de Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) avaliou entre 2008 e 2010 os diferentes níveis de atenção do SUS (básica, especializada ambulatorial e hospitalar e de urgência e emergência). Durante a análise, foi verificado como anda a infraestrutura do setor, além de analisar se os serviços ofertados têm capacidade de dar as melhores respostas aos problemas de saúde da população. A ferramenta leva em consideração as análises de Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE), de Condições de Saúde (ICS) e de Estrutura do Sistema de Saúde do Município (IESSM).

De acordo com o índice, o Brasil possui IDSUS equivalente a 5,47. A região Sul teve pontuação de 6,12, seguida do Sudeste (5,56), Nordeste (5,28), Centro-Oeste (5,26) e Norte (4,67). Entre os estados, aqueles que possuem os índices mais altos são os de Santa Catarina (6,29), Paraná (6,23) e Rio Grande do Sul (5,90). Na sequência, vêm Minas Gerais (5,87) e Espírito Santo (5,79). As menores pontuações são do Pará (4,17), de Rondônia (4,49) e Rio de Janeiro (4,58).

Brasília tem média de três médicos para cada mil habitantes, mais do que o dobro do recomendado pela OMS (Organização Mundial da Saúde), de acordo

com dados de uma pesquisa realizada pelo CFM (Conselho Federal de Medicina) em parceria com o Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo)<sup>34</sup>. A pesquisa, realizada em 2011, aponta que 10.300 médicos atuam em toda a capital federal, sendo que 4.797 trabalham na rede pública de saúde. De acordo com a pesquisa, a capital tem cerca de 2,5 milhões de pessoas e pelo menos 1,8 milhão não têm condições de pagar por um plano de saúde e dependem dos cuidados da rede pública para tratar de assuntos relacionados a doenças, tratamentos e cirurgias.

Há também diversas iniciativas, projetos e processos em Brasília:

- No período de 2007 a 2011, o gasto do GDF na área de saúde, incluindo os recursos provenientes do Fundo Constitucional, aumentou de R\$ 1.330,82 para R\$ 1.669,58 por habitante.
- No período de 2007 a 2011, o número de leitos de internação no SUS manteve-se estável, atingindo 176,5 leitos para cada 100 mil habitantes.
- No período de 2007 a 2011, o número de leitos complementares no SUS aumentou de 8,8 para 23,0 leitos para cada 100 mil habitantes.
- No período de 2008 a 2010, o índice de aproveitamento de leitos de internação no SUS em procedimentos cirúrgicos diminuiu de 15,4 para 13,4 dias por mês, e aumentou para 14,1 dias por mês em 2011.
- A cobertura vacinal de crianças menores de um ano de idade aumentou de 86,4% para 90,5% entre 2007 e 2008, e diminuiu para 86,2% em 2011.
- No período de 2007 a 2010, o percentual de mães de nascidos vivos com sete ou mais consultas pré-natal aumentou de 61,1% para 68,6%. Nesse mesmo período, o percentual de mães de nascidos vivos com até três consultas pré-natal manteve-se estável, em cerca de 8,0%.
- No período de 2007 a 2011, a cobertura populacional da Estratégia Saúde da Família aumentou de 16,3% para 32,0% da população.
- No período de 2007 a 2011, a cobertura populacional dos Centros de Atenção Psicossocial aumentou de 0,1 para 0,25 equipamento para cada 100 mil habitantes.
- No período de 2007 a 2010, o número de notificações de novos casos de HIV/aids aumentou de 189 para 406 casos por ano, e diminuiu para 226 novos casos em 2011.
- O número de notificações de novos casos de dengue diminuiu para menos de mil casos em 2009. Em 2010, houve um pico de quase 16 mil notificações, e queda para pouco menos de quatro mil casos em 2011.
- Em 2007 e 2008, a taxa de internação por complicações advindas do diabetes era cerca de 10 internações por 100 mil habitantes por ano. Em 2009 e 2010, a taxa caiu para aproximadamente 8,5 internações por 100 mil habitantes por ano.
- No período de 2007 a 2010, a taxa de mortalidade infantil aumentou de 11,1 para 12,7 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos, e a taxa de

---

<sup>34</sup> Pesquisa conjunta CFM/CREMESP 2011 – *Profissionais de saúde no Brasil*.

mortalidade na infância aumentou de 13,3 para 14,3 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos.

- A taxa de mortalidade materna aumentou de 38,5 para 58,9 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos entre 2007 e 2008, e caiu para 47,4 em 2010.

A questão é que estes dados oficiais são apenas uma ponta do quadro mais geral da saúde do DF. Salta aos olhos o fato de que, apesar dessas realidades, a **crise** é especialmente de gestão acrescida de uma **pressão** social de diversos municípios (e não apenas da AMB) por serviços de saúde.

Página | 27

A saúde pública do Distrito Federal, nos últimos anos, sofreu enorme retrocesso no padrão de qualidade que detinha. A negligência e a omissão do GDF em não assegurar ações e serviços públicos de saúde para a população levaram a saúde pública a ocupar as manchetes negativas dos meios de comunicação e a um enorme crescimento do número de ações judiciais pleiteando medicamentos, internações e leitos de UTI.

O desmonte dos serviços públicos de saúde, especialmente das atenções primária e especializada, criou imenso caos na rede de serviços. Exemplos disso são: estratégia Saúde da Família com apenas 5% de cobertura, trazendo graves consequências para a saúde da população (surto de dengue, de hantavirose e casos de leishmaniose), provocando o aumento de filas nos hospitais; falta de medicamentos básicos e insumos; inexistência de retaguarda laboratorial e radiológica para atender à demanda; desativação dos serviços de manutenção, que foram terceirizados, o que levou à queda de qualidade dos mesmos e a um maior ônus financeiro, ao lado da defasagem de profissionais em todas as áreas e ausência de equipamentos e material permanente.

Quanto à gestão em saúde, a situação não poderia ser mais grave: como exemplo, cita-se a falta desde bandagens e esparadrapo até agulhas e seringas. Quanto à gestão financeira, o Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal transformou-se em simples artifício contábil, já que os recursos da saúde e de outras áreas são administrados pela Secretaria da Fazenda. Esses artifícios têm permitido a manipulação de recursos e sua destinação com a lógica dos interesses que não são da saúde, onde recursos da saúde são desviados para aplicações financeiras em detrimento da saúde da população. Hoje, segundo dados do Conselho Nacional de Saúde, são mais de R\$ 250 milhões aplicados no mercado financeiro.

A necessária reconstrução do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal fundamenta-se na ampliação do acesso, na melhoria da qualidade e da eficiência do sistema, como também na promoção da equidade das ações e serviços de saúde, na integralidade da atenção e na continuidade do cuidado. A regionalização do sistema, a atenção básica, o pronto atendimento, a ampliação do Programa Saúde da Família e a modernização da gestão da saúde são

elementos estratégicos para a organização e a melhoria das redes de saúde e a integração entre o Distrito Federal e os municípios da AMB.

### 2.2.5.3. Defesa social, violência e criminalidade

O aumento da violência e da criminalidade no Distrito Federal se encontra fortemente associado à expansão do tráfico de drogas. Reduzir os crimes violentos e impedir que lojistas, estudantes e moradores, das mais diversas localidades de Brasília, sejam vítimas de assaltos, furtos ou roubos só será possível pelo trabalho integrado das polícias no combate ao crime. As crianças do Distrito Federal estão entre aquelas que têm a maior probabilidade no país de morrerem assassinadas.

Página | 28

Embora a sensação de insegurança<sup>35</sup> seja generalizada na AMB, o fato é que os tipos de crimes ocorrem em regiões administrativas bem definidas. Os crimes contra o patrimônio – furto, roubo e latrocínio – são mais cometidos no Plano Piloto e cidades onde se concentra a população com maior renda. Já os crimes contra a vida – principalmente homicídios – majoritariamente ocorrem nas comunidades ocupadas de forma desordenada e desassistidas.

É preciso enfrentar esse problema de uma maneira mais qualificada, respeitando os direitos fundamentais e promovendo a cidadania. Para isto, devemos compreender um novo conceito de defesa social, ao contrário da segurança pública, incorporando a dimensão cidadã, onde a comunidade seja ouvida e participe juntamente com os profissionais de estratégias que visem à pacificação dos territórios, onde os jovens tenham um percurso social saudável para que todos possam viver com tranquilidade.

Para quebrar o ciclo de violência deve-se implantar uma política focada nas regiões administrativas e na população mais vulnerável ao crime, principalmente a juventude das comunidades periféricas. Assim, é essencial articular políticas públicas de segurança com políticas sociais (*defesa social*), priorizando a prevenção e buscando atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão de uma repressão que deve ser realizada de forma inteligente.

Nesse sentido, as políticas públicas de educação, saúde, defesa social, assistência social, transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, cultura, esporte e lazer, bem como políticas voltadas para as mulheres, a juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e os segmentos historicamente discriminados são estratégicas para garantir a igualdade de

---

<sup>35</sup> O sentimento de insegurança é fruto de uma sensação subjetiva e coletiva nos ambientes urbanos. A violência vem condicionando a continuidade dos espaços citadinos ao erguer barreiras físicas, segregando as áreas e funções, formando a *paisagem do medo*. A influência da segurança na apropriação dos espaços urbanos aparece em maior grau nas grandes metrópoles. As metrópoles não são apenas maiores ou mais povoadas que as cidades menores, elas são *cheias de desconhecidos*. Ver JACOBS, Janes. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins, 2000, p. 37 e ss.

direitos e reduzir as desigualdades sociais, promovendo o desenvolvimento humano e a inclusão social no Distrito Federal.<sup>36</sup>

## 2.2.6. Infraestrutura e Ocupação Territorial

O Distrito Federal constituiu, desde a construção de Brasília, um modelo de ocupação territorial marcado por imensa desigualdade de infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos entre o Plano Piloto e as demais RAs, e enorme segregação social entre a população distribuída em seu território. A política de criação de novos núcleos urbanos de forma precária e insustentável aprofundou a perversidade desse modelo, promovida pelos sucessivos governos. Outra marca estruturante desse modelo nas duas últimas décadas foi o processo de desordenamento territorial provocado com a prática desregulada da grilagem de terras que resultou em mais de 500 condomínios irregulares em áreas públicas e privadas, a maioria de classe média e alguns de baixa renda. Com a complacência do GDF, esses condomínios fechados foram formados sem respeito ao meio ambiente e sem projetos urbanísticos, provocando desmatamentos, ocupação de fundos de vale, furando poços indiscriminadamente e rebaixando o lençol freático (depósito de água subterrâneo).

A população brasiliense sofre um processo de especulação imobiliária sem limites, com preços absurdos dos terrenos e imóveis, expulsando a população pobre cada vez mais para a periferia distante e sem infra-estrutura.<sup>37</sup> Esse processo provocou mais segregação social, onde não tem lugar para pobres em nossas cidades, e só beneficia o mercado imobiliário e fundiário de média e alta renda que sempre teve privilégios de interlocução com o GDF. Veja-se o caso recente do Setor Noroeste de Brasília, celebrado pelas grandes incorporadoras imobiliárias, vendido como Bairro Verde, para poucos, com apartamentos na faixa de doze mil reais o metro quadrado, quando a demanda habitacional

---

<sup>36</sup> Estes três tópicos têm uma função simbólica e concreta no atual estágio da sociedade brasileira. Apenas para ilustrar, A saúde é o principal problema do Brasil na avaliação da população, segundo pesquisa CNI-Ibope apresentada em **25/07/2013**. Os entrevistados pela pesquisa deveriam apontar os três problemas que consideravam principais entre uma lista com 25 opções. A **saúde** foi assinalada por **77%** deles. A educação é a segunda maior preocupação e foi apontada por **39%** dos entrevistados na pesquisa, seguida por **segurança pública e violência** com **38%** das respostas. O **uso de drogas** e a **corrupção** completam o quadro dos cinco principais problemas que preocupam o brasileiro com **29%** e **27%**, respectivamente. Foram feitas 7.686 entrevistas em 434 municípios, sendo que 2 mil entrevistas foram com amostragem nacional e as demais realizadas em 11 estados pelo Ibope, a pedido da Confederação Nacional da Indústria.

<sup>37</sup> Este fenômeno é conhecido por espoliação urbana, forma como se descreve a dinâmica urbana das cidades latino-americanas e tem como base a apropriação privada de várias formas da renda urbana, fazendo com que os segmentos já privilegiados desfrutem, simultaneamente, de maior nível de bem-estar social e riqueza acumulada, na forma de um patrimônio imobiliário de alto valor. Ao mesmo tempo, grande parte da população, formada pelos trabalhadores, é espoliada e expulsa das áreas privilegiadas, por não terem reconhecidas socialmente suas necessidades de consumo habitacional (moradia e serviços coletivos), inerentes ao modo urbano de vida. Ver KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo Editora, 34, 2000.

reprimida no DF está concentrada na faixa dos que ganham de 0 a 3 salários mínimos.

Esse processo ocorre sob a blindagem de qualquer opinião contrária na mídia local, que tem nos anúncios dos empreendimentos imobiliários e das propagandas oficiais do GDF, grande parte de sua sustentação. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do Distrito Federal foi elaborado em processo obscuro e autoritário de debate com a sociedade, sob denúncias de compra de votos da maioria dos deputados que o aprovaram. O PDOT tratou a terra pública de forma perdulária: aumentou o estoque de terras urbanas atendendo, em primeiro lugar, ao interesse do mercado imobiliário de alta renda. Foi irresponsável com o planejamento da cidade, reconhecida internacionalmente por sua origem planejada, e com o meio ambiente para as atuais e futuras gerações.

### **2.2.7. Desenvolvimento Urbano e Habitação**

É imprescindível implantar uma Política Habitacional do DF construída em amplo processo participativo que privilegie as faixas de baixa renda. A Política urbana e habitacional deve ser integrada a todas as políticas setoriais, estendendo o conceito de qualidades urbanísticas, de forma adequada para todas as áreas urbanas do DF. A TERRACAP deve promover a regulação do mercado de terras e imóveis do DF e combater a especulação imobiliária.

### **2.2.8. Mobilidade urbana**

No projeto de Brasília, Lúcio Costa previu que ela teria uma população de cerca de 500.000 pessoas. Já são 2,6 milhões. Outro milhão vem todos os dias para o Plano Piloto. Nesse ponto, as retas da cidade dão um nó. A simetria das linhas geométricas, símbolo da arquitetura modernista da cidade, não é nada amigável para quem quer se deslocar a pé ou de bicicleta - os dois modos de locomoção não motorizados fundamentais para fechar a conta de um sistema de transporte eficiente e sustentável.

Brasília foi planejada para carros individuais. As calçadas e ciclovias, muitas em péssimo estado de conservação, somem. Falta sinalização. E as faixas de travessia são insuficientes, mesmo constituindo, com razão, um motivo de orgulho para a cidade - a primeira a levar a sério a preferência do pedestre, conseguindo reduzir pela metade o número de atropelamentos, após campanhas realizadas em 1996 e 1997. Cruzar sozinho um dos túneis que passam por debaixo do Eixão durante a noite é tarefa para destemidos. Também inexistente uma cultura de respeito aos ciclistas. O trânsito no Distrito Federal revela sinais claros de saturação. Registros do Detran/DF quantificam o crescimento exponencial da frota de veículos. O perfil do quantitativo da frota de veículos em circulação revela o excessivo peso do automóvel individual - 75%. Os resultados dessa realidade todos conhecem: violência no trânsito,

congestionamentos constantes, ausência de espaços públicos para estacionamento, explosão de infrações e de irregularidades nas vias.

A indústria automobilística brasileira revelou que Brasília é a segunda unidade federativa onde se verificou o maior aumento na venda de carros (média de 10 mil carros por mês em 2012). A maior frota de veículos do Brasil encontra-se no Estado de São Paulo. A capital paulista já adotou inúmeras medidas viárias e de controle de circulação dos automóveis. São Paulo construiu túneis, viadutos e novas vias tal como ocorre hoje no DF. Adotou o rodízio de veículos por placas; proibiu o trânsito de caminhões nas vias da cidade durante determinados horários do dia. Brasília deve retirar lições do drama vivido pelos paulistas. Novas vias, viadutos, rigor na fiscalização e restrição na circulação de automóveis não serão medidas suficientes para desafogar o nosso trânsito caso perdure o modelo em curso que privilegia o transporte pelo automóvel particular.

Brasília convive também com um dos piores serviços de transporte coletivo do Brasil, onde a ausência do estado é gritante, evidenciada na falta de regulamentação e fiscalização. A desregulamentação do setor abriu espaço para a convivência de diferentes tipos de serviços de transporte. É importante recriar na AMB um transporte coletivo eficiente e rápido, com tarifas justas e adequadas.

Hoje o transporte coletivo ainda não tem prioridade sobre o transporte individual no Distrito Federal e não existe uma Política de Mobilidade Sustentável integrada com o Uso do Solo, habitação, educação, saúde, assistência social, cultura, lazer, promovendo a integração entre os diversos modais de transporte (planejamento intermodal integrado), com controle da sociedade e do governo do serviço prestado. Além disso, os meios de transportes coletivos (mais metrô, outros modais, ônibus e microônibus, trens, VLPs, VLTs, bicicletas por meio de ciclovias e de ciclofaixas *etc* – desde que com uso de equipamentos sustentáveis e ecológicos), os incentivos ao deslocamento dos pedestres, o planejamento de tráfego e o papel inovador das medidas de segurança, educação e coerção à violência no trânsito, o incentivo ao sistema de locação pública de bicicletas não existem como política pública. É importante resgatar e democratizar o controle social ao Plano Diretor de Transporte Público Coletivo, regulando a prestação dos serviços de transporte, disciplinando o papel de cada serviço (convencional, alternativo, especial, escolar e outros), coibindo a clandestinidade e a contravenção. A melhoria dos serviços de transporte público e do trânsito no DF são desafios para o estabelecimento de uma nova cultura urbana na AMB.

### **2.2.9. Meio Ambiente**

Vivemos um momento histórico em que a temática ambiental está no centro da agenda internacional, particularmente após os Relatórios do Painel

Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). A agenda ambiental está colada à agenda econômica, como se vê agora, com a crise financeira internacional, a elevação dos preços de *commodities* agrícolas e minerais, a polêmica entre biocombustíveis e alimentos, *etc...* Criou-se uma condição favorável para implementar medidas de mitigação sobre a elevação do efeito estufa, viabilização de energias limpas, compatibilização de produção de biocombustíveis com a produção de alimentos. Contudo não será revertida a tendência global de crescentes passivos ambientais e sociais (não apenas se destroem ecossistemas e extermina a biodiversidade, expõem-se à fome e à exclusão bilhões de seres humanos), se não se modificar o atual padrão de produção e consumo.

A migração da zona rural continua a gerar um exército de pessoas e famílias desqualificadas e despreparadas para a vida urbana e tende a aumentar a degradação social e incorporá-las novo modelo de marginalização social. A falta de uma política pública mais comprometida com os pequenos produtores, que são os responsáveis pelo abastecimento da mesa do trabalhador brasileiro, e as debilidades da reforma agrária acabam corroborando com o caos social urbano e do campo. É preciso adotar uma política ambiental no DF, amplamente discutida com a população, com programas e ações que promovam o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental com consciência ecológica e compromisso com o meio ambiente, além da inclusão social. O problema da ocupação irregular nas áreas de proteção ambiental de Brasília e do Entorno está fortemente relacionado ao processo de expansão urbana e à inadequada política habitacional e urbana. O que se propõe para o DF é o desenvolvimento de um trabalho que procure implantar uma visão ecológica de ocupação do espaço territorial. No limite, que se procure corrigir as distorções ocupacionais, principalmente, estancando o processo de deterioração da qualidade vida no Distrito Federal.

O crescimento de Brasília com sustentabilidade ambiental é uma matriz imprescindível a qualquer política. Nossa cidade possui as maiores áreas de conservação, de proteção permanente, de proteção de mananciais e de parques urbanos previstas em legislação. Ocorre, porém, que as previsões legais não são acompanhadas por ações governamentais efetivas capazes de materializar as leis ambientais em consciência ecológica e proteção efetiva do nosso bioma e dos nossos recursos naturais. As ameaças contra as bacias provedoras do fornecimento de água, os baixos índices de reciclagem do lixo, a limitação da política de coleta seletiva, a ausência de novos aterros sanitários e a saturação do lixão limítrofe ao Parque Nacional exige um salto da Brasília ambiental prevista nas leis para uma cidade com efetivo compromisso e consciência das suas responsabilidades para com o meio ambiente.

#### **2.2.10. Resíduos Sólidos**

Brasília é triste exceção entre as maiores cidades brasileiras, pois ainda colocamos nossos resíduos sólidos<sup>38</sup> em um *lixão* que contamina o solo, o ar e a água, e onde trabalham em condições subumanas centenas de pessoas, inclusive crianças, catando material reciclável. Aliás, em quase todas as instalações do SLU o que se vê é gente trabalhando em condições degradantes para separar materiais recicláveis do lixo. O programa de coleta seletiva é pouco abrangente, tem baixa adesão e sua operação depende da exploração de catadores cujo trabalho não é remunerado. As cidades vivem sujas em razão da ausência de um programa consistente de reciclagem dos resíduos da construção civil e da omissão da fiscalização. Entulhos e lixos nos logradouros públicos entopem o sistema de drenagem, causando alagamentos e contribuindo para que o DF seja um campeão de dengue. É preciso desenvolver soluções conjuntas com os Municípios da AMB para solucionar problemas que comprometem a saúde pública e o ambiente onde vivem 3,6 milhões de pessoas.

### 2.2.11. Energia e Saneamento

O Distrito Federal ainda se ressentir de medidas tendentes a otimizar a prestação dos serviços de energia, de modo a que cheguemos ao padrão ideal de atendimento eficaz e sem interrupção a 100% das residências e estabelecimentos, urbanos e rurais. Promover no Distrito Federal investimentos nos setores de energia elétrica (geração e distribuição), gás, política de abastecimento de combustível (combate aos cartéis de combustível) é essencial.

O saneamento básico do DF pode e deve ser melhor. Pagamos um preço elevado pela *privatização branda* a que foram submetidos a Caesb, o SLU e a Novacap, onde os interesses dos empreiteiros e de empresas terceirizadas predominam sobre o interesse público. Essa situação eleva custos, fazendo subir as tarifas e diminuir a qualidade dos serviços ofertados à população, ao mesmo tempo em que provoca danos ambientais inaceitáveis. Caesb, SLU e Novacap são hoje órgãos públicos frágeis, dirigidos como se fossem empresas privadas, sem subordinar suas prioridades às necessidades da população, que paga as tarifas e as taxas e sem controle social sobre suas atividades. *Desprivatizar* o saneamento básico do DF é uma necessidade para a melhoria da prestação dos serviços. É preciso reorganizar e integrar a prestação dos serviços de saneamento básico no DF. O SLU, a Caesb e a Novacap devem ser reestruturados e capacitados, para que prevaleça o interesse público, e não o das empreiteiras, e assim, possam prestar serviços de qualidade a toda a população, aos menores custos. A integração do saneamento básico com as políticas de habitação, saúde e meio ambiente deve ser garantida.

---

<sup>38</sup> Em 2013 uma média de 2,7 Ton./Dia de resíduos domésticos e 6 Ton./Dia de resíduos da construção civil.

Muitos dos nossos problemas têm melhor solução se equacionados em conjunto com os Municípios da AMB. Por isso, é indispensável promover o consorciamento do DF com esses Municípios para a gestão do saneamento.

A coleta e o tratamento do esgoto sanitário seguirão semelhantes diretrizes de preservação ambiental. Os efluentes de estações de tratamento de esgotos (ETE's) somente podem ser lançados em corpos receptores após rigoroso controle e certificação da sua qualidade não poluente. As estações de tratamento de esgoto não estão sendo operadas adequadamente (seis anos depois de inaugurada, a estação Melchior, a maior do DF, ainda não atingiu os níveis projetados de eficiência) e o lodo e o gás metano produzidos nas estações não estão sendo gerenciados adequadamente. Perdas de água crescentes revelam um desperdício de água inaceitável, decorrente da falta de prioridade para a qualidade dos serviços, com a empresa focada em obras muitas vezes superdimensionadas e quase sempre contratadas a preços injustificadamente elevados.

### **2.2.12. Águas Pluviais**

Problemas crônicos se acumulam na área de drenagem urbana. A Novacap não dispõe da mínima estrutura técnica necessária para gerenciar um serviço essencial à qualidade de vida e a segurança dos 2,6 milhões de habitantes do DF. Por isso, apesar da disponibilidade de recursos para investimentos, provenientes de empréstimos internacionais que teremos que pagar em dólares, as obras necessárias atrasam e resultam muito caras. Assim, convivemos com alagamentos urbanos cada vez mais severos e frequentes, que causam prejuízos a todos e que ajudam a atravancar o já congestionado trânsito do DF. Sofre também o meio ambiente com a erosão do solo e com o conseqüente assoreamento dos rios.

### **2.2.13. Jovens no DF**

#### **2.2.13.1. Aspectos demográficos**

Em 2010, os jovens representavam 28,60% da população do Distrito Federal, sendo que quase metade se encontrava na faixa etária entre 18 e 24 anos. Lago Sul, Brasília e Cruzeiro são as regiões censitárias que apresentam a menor proporção de jovens, enquanto Paranoá e São Sebastião contam com mais de 32% de pessoas de 15 a 29 anos em sua população.

A população feminina de jovens no Distrito Federal é ligeiramente maior que a masculina, o que também ocorre nas regiões censitárias. São Sebastião, Brazlândia e Lago Sul são as únicas regiões que apresentam maioria masculina. Quanto à raça/cor, mais da metade da população jovem do Distrito Federal declarou ser parda (50,4%), seguida de brancos (38,94%), pretos (8,61%), amarelos (1,82) e indígenas (0,23). O Lago Sul tem a maior proporção de jovens brancos (73,7%) e a menor de jovens que se declaram pardos (21,86%) e pretos

(3,43%). Recanto das Emas, Planaltina, São Sebastião e Santa Maria têm em torno de 29% de jovens brancos e 57% de pardos.

### 2.2.13.2. Escolaridade

O analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos no Distrito Federal é de 0,8% e fica em 1,14% entre aqueles de 25 a 29 anos. São Sebastião tem a pior taxa de analfabetismo no total de jovens de sua população (1,67%) e na faixa de 25 a 29 anos (2,26%). O Lago Sul apresenta, por sua vez, o menor percentual de analfabetos entre os jovens (0,47%) e no grupo entre 15 e 17 anos (0,2%).

Em 2010, a maior parte da população de jovens entre 15 e 17 anos frequentava a escola (88,43%). Nas faixas entre 18 e 19 e entre 20 e 24 anos, a proporção é de 53,79% e 33,63%, respectivamente.

Em 2010, 16,83% dos jovens do DF estavam matriculados em cursos de graduação. Dentre aqueles de 19 a 24 anos de idade, 27,26% estavam em cursos superiores. A maioria dos estudantes e concluintes de cursos de graduação jovens é do sexo feminino.

### 2.2.13.3. Trabalho e renda

No Distrito Federal, 56,12% dos jovens declararam ter rendimento em 2010. Tinham rendimento naquele ano: 14,68% dos jovens de 15 a 17 anos, 56,73% dos jovens de 18 a 24 anos e 75,66% dos jovens de 25 a 29 anos. Dentre as regiões censitárias, Lago Sul, Cruzeiro e Brasília têm os menores percentuais de adolescentes ou jovens de 15 a 17 anos com rendimentos próprios (menos de 10%). Samambaia, Ceilândia e São Sebastião apresentam as maiores parcelas, acima de 17%.

O rendimento nominal médio mensal dos jovens do Distrito Federal é de R\$ 481,21 na faixa etária entre 15 e 17 anos, de R\$ 931,74 entre 18 e 24 anos e de R\$ 1.659,20 de 25 a 29 anos. Quanto à renda familiar mensal dos jovens, em salários mínimos (SM) *per capita*, verifica-se que, quanto maior a idade, maior o percentual de jovens em domicílios com maior renda. O Lago Sul se destaca em todas as faixas etárias pelo maior percentual de jovens residindo em domicílios com renda domiciliar *per capita* de mais de cinco salários mínimos e pelo menor percentual de jovens nas faixas de renda de até três salários mínimos. O Núcleo Bandeirante concentra os menores percentuais de jovens em domicílios sem rendimento em todas as faixas consideradas.

Eram economicamente ativos em 2010, 27,36% dos jovens de 15 a 17 anos, 71,25% dos jovens entre 18 e 24 anos e 83,82% dos jovens de 25 a 29 anos. Dos jovens economicamente ativos, estavam ocupados: 62,8% dos de 15 a 17 anos, 83,72% dos de 18 a 24 anos e 91,48% dos de 25 a 29 anos. No Distrito Federal, 16,92% dos domicílios são chefiados por jovens. Entre os jovens de 25 a 29 anos, 30,41% são responsáveis pelos domicílios em que residem. Entre aqueles de 20 a

24 anos, o percentual é de 16,55%, enquanto, na população jovem de 15 a 19 anos, 4,05% são responsáveis pelo domicílio.

#### 2.2.13.4. Impactos dos acidentes e violências

A partir dos grandes grupos de causas segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID), de 2006 a 2010, a principal causa externa de óbito entre a população de 15 a 29 anos no Distrito Federal foi a agressão, seguida dos acidentes de transporte e de outros acidentes, que aparecem praticamente equiparados aos suicídios. A maioria dos óbitos por causas externas ocorre entre jovens do sexo masculino. Os jovens representaram, em 2010, 57,7% das vítimas de homicídio entre todas as faixas etárias.

Página | 36

Na população jovem do Distrito Federal em 2011, as internações por gestação, parto e puerpério compreendem 63,22% do total de hospitalizações. As causas externas são o segundo maior motivo de internação na faixa etária entre 15 e 29 anos, representando 10,01% do total.

### 3. Conclusão

A síntese do retrato da cidade (Brasília e sua AMB) é *crise e pressão*. *Crise* da cidade, de seus serviços, de um modelo de sociedade, de sua economia, de suas instituições, de sua política, de uma cultura, de seu meio ambiente, de sua juventude, de uma gente... *Pressão* por mudanças, por esperanças, por diálogos ... e por justiça e paz!

Esta provocação optou por elencar, apontar, informar e oferecer um amplo leque de *desafios* da cidade. Há outros ainda. Claro que, ao primeiro contato, a vontade é fechar a porta e entregar as chaves da cidade para outros. Mas em tempos sombrios para estas terras creio que é papel da *Igreja* promover a *justiça* e a *paz*.<sup>39</sup> Esta tarefa não é simples face à extensão dos desafios para a *justiça* (justiça social, mundo do trabalho, desenvolvimento social, meio ambiente ...), à *paz* (violências, intolerâncias...) e aos *direitos humanos*.

Neste campo de atuação, são necessárias políticas públicas para concretizar os direitos humanos. Como se sabe, os chamados direitos humanos de primeira geração, os direitos individuais, consistem em direitos de liberdade, isto é, direitos cujo exercício pelo cidadão requer que o Estado e os concidadãos se abstenham de turbar. Em outras palavras, o direito de expressão, de associação, de manifestação do pensamento, o direito ao devido processo, todos eles se realizariam pelo exercício da *liberdade*, requerendo, se assim se pode falar, garantias negativas, ou seja, a segurança de que nenhuma instituição ou indivíduo irá perturbar o seu gozo. Já os direitos sociais – típicos do século XX –

---

<sup>39</sup> *Gaudium et Spes*, 90; *Motu Proprio Chatolicam Christia Ecclesiam*; *Populorum Progressio*; *Sollicitudo Rei Socialis*, 6; *Motu Proprio Justitiam et Pacem*; *Pastor Bonus*, dentre outros documentos da Igreja.

são, se podemos assim dizer, direitos-meio, isso é, direitos cuja principal função é assegurar que toda pessoa tenha condições de gozar os direitos individuais de primeira geração. Como poderia, por exemplo, um analfabeto exercer plenamente o direito à livre manifestação do pensamento? Para que isso fosse possível é que se formulou e se positivou o direito à educação. Na mesma linha, como se pode dizer que um sem-teto, que mora debaixo da ponte, exerce o direito à intimidade (artigo 5º, X, da Constituição brasileira)? Isso será uma ficção enquanto não lhe for assegurado o direito à moradia, hoje constante do rol de direitos sociais do artigo 6º da Constituição.

Os direitos sociais, ditos de segunda geração, mais precisamente os direitos econômicos, sociais e culturais, foram formulados para garantir o exercício em sua plenitude dos direitos de primeira geração. Da mesma forma, os direitos de terceira geração, tais como o direito ao meio-ambiente equilibrado, à biodiversidade e o direito ao desenvolvimento, foram concebidos para garantir mais extensa dos direitos individuais, também em relação aos cidadãos ainda não nascidos, envolvendo cada indivíduo na perspectiva temporal da humanidade e, por isso mesmo, intitulados como *direitos transgeracionais*. O conteúdo jurídico da dignidade humana vai, dessa forma, se ampliando na medida em que novos direitos vão sendo reconhecidos e agregados ao rol dos direitos fundamentais.

A fruição dos direitos humanos é uma questão complexa, que demanda um aparato de garantias e medidas concretas do Estado e da sociedade de forma a disciplinar o processo social criando formas que neutralizem as forças desagregadoras e excludentes da economia e possam promover o desenvolvimento da pessoa humana numa realidade democrática. Temos concretamente urgência de democracia numa época em que esta questão se desdobra em dois pólos: um *ideal* e um *histórico*.<sup>40</sup> A configuração da vida política a partir da liberdade considera que todo ser pessoal é livre e, portanto, sujeito da efetivação de sua própria vida individual e social, de tal modo que todos são portadores do direito de assumir a configuração da vida coletiva enquanto busca de efetivação dos direitos e deveres de todos.<sup>41</sup> A consequência disso é que uma sociedade pode ser dita democrática quando for igualitária, capaz de reconhecer a alteridade<sup>42</sup> e participativa, onde todos constituem o sujeito de sua própria construção como sociedade.

---

<sup>40</sup> A conjugação dos dois pólos (ideal-normativo e empírico-histórico) no nosso contexto epocal é bem explorada por LIMA VAZ, H. Cl. de. Democracia e Sociedade. In: TOLEDO, Cl. MOREIRA, L. (orgs.). *Ética e Direito*. São Paulo: Landy/Loyola, 2002, p. 344.

<sup>41</sup> Cf. SOUZA, H.J. de. *Construir a utopia*. Proposta de democracia. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 44.

<sup>42</sup> Cf. TOURAINE, A. *O que é a democracia*. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 165: “Da mesma forma que a liberdade dos antigos está baseada na igualdade dos cidadãos, assim também a liberdade dos modernos está baseada na diversidade social e cultural dos membros da sociedade nacional ou local. Atualmente, a democracia é o meio político de salvaguardar essa diversidade, fazer viver indivíduos e grupos cada vez mais diferentes uns dos outros em uma sociedade que também deve funcionar como uma unidade”. Há um debate que não cabe em uma provocação como esta, mas que merece um aprofundamento posterior. O tema clássico da diferenciação social e das desigualdades econômicas refinou-se nas últimas décadas de forma a incorporar reflexões sobre identidades nacionais, religiosas, étnico-raciais e de gênero. Ser diferente tem seus aspectos positivos. Já as desigualdades são sempre discriminatórias. Discutir esta

Claro que os muitos caminhos possíveis são decorrentes de uma profunda relação entre pessoas, comunidade, normas e valores. Há uma dialética no exercício da *práxis* ético-jurídica organizada a partir da palavra.<sup>43</sup> A teia de relações humanas<sup>44</sup> exige um tratamento da palavra na esfera pública em espaços de valorização e mediação dos conflitos de uma cidade e de suas pessoas. O nome disso é *Política*. O melhor para cada cidade (*polis*) decorre da discussão ampla e livre, pois as chances de aproximação do correto são maiores, quando cada um tem a oportunidade de dizer o que pensa e de apresentar seus argumentos num discurso entre iguais.<sup>45</sup> A melhor forma é ajudar, enquanto *Igreja*, a reabilitar a *Política*.

Claro que, ao cabo, avanço um pouco além da dimensão do VER apenas para não deixar de insistir na oportunidade frente à *Comissão*. Cito um bom católico. Durante a Jornada Mundial da Juventude (Rio de Janeiro, 2013), que se encerrou recentemente, o Papa Francisco pediu que houvesse um “diálogo construtivo” para enfrentar as dificuldades do presente: “Entre a indiferença egoísta e o protesto violento, há uma opção sempre possível: o diálogo. O diálogo entre as gerações, o diálogo com o povo, a capacidade de dar e receber, permanecendo abertos à verdade”. Um país (ou uma cidade) cresce quando seus mais diversos setores dialogam: “É impossível imaginar um futuro para a sociedade sem uma vigorosa contribuição das energias morais numa democracia que evite o risco de ficar fechada na pura lógica da representação dos interesses constituídos”, por meio do encontro entre os setores para o desenvolvimento de uma nação (e de uma cidade): “A única maneira para uma pessoa, uma família, uma sociedade crescer, a única maneira para fazer avançar a vida dos povos é a cultura do encontro, onde todos têm algo de bom para dar, e todos podem receber em troca algo de bom”. Francisco falou ainda da

---

questão conduz à compreensão dos mecanismos sociais de criação e reprodução da exploração, marginalização e subalternização de grupos sociais específicos. As desigualdades sociais em seu viés sócio-econômico refletem sobre outras formas de subalternização de grupos e culturas: a reprodução das desigualdades por meio da indústria cultural; relações étnico-raciais contemporâneas na sociedade brasileira; relações de gênero e reprodução social; processos sociais de subalternização e controle de identidades sociais estigmatizadas; a diversificação do mercado religioso no Brasil. A minha compreensão sobre a tensão *diferenças* e *desigualdades* deve tributo às discussões pessoais e leituras com Cristovam Buarque. Ver: BUARQUE, Cristovam. *O Que é Apartheid* - o apartheid social no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. *A Revolução nas Prioridades* - da modernidade técnica à modernidade ética. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. *A Revolução na Esquerda e a Invenção do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1992. *A Desordem do Progresso* - o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. *O Colapso da Modernidade Brasileira* - e uma proposta alternativa. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

<sup>43</sup> Cf. LIMA VAZ, H. Cl. de. *Ética e Justiça: filosofia do agir humano*. In PINHEIRO, José Ernane; SOUSA JUNIOR, José Geraldo, DINIS, Melillo; SAMPAIO, Plínio de Arruda (orgs). *Ética, justiça e direito*. Reflexões sobre a reforma do Judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 24ss.

<sup>44</sup> A expressão é da velha filósofa. Ver ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 200, p. 196: “A rigor, a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente”.

<sup>45</sup> Cf. OLIVEIRA, M. A. *Direito e Sociedade*. In PINHEIRO, José Ernane; SOUSA JUNIOR, José Geraldo, DINIS, Melillo; SAMPAIO, Plínio de Arruda (orgs). *Ética, justiça e direito*. Reflexões sobre a reforma do Judiciário. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 89.

importância da participação da sociedade para reabilitar a *Política*: “É uma das formas mais altas de caridade”. Uma boa oportunidade de sermos caridosos.

Enfrentar a complexidade dos desafios de Brasília (e sua área metropolitana), como tarefa e como horizonte, em uma Comissão de Justiça e Paz de Brasília, exige aprofundar quais as possibilidades e quais as condições de intervenção profética e evangelizadora. Mas tais profundidades são motivo de outras e novas conversas.